



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA E LITERATURAS

Título: Contribuições Léxico-Semânticas para o Português Angolano. Um Estudo Antroponímico na Província de Benguela

Nome do Mestrando: Fernando Mauro António dos Santos

Orientação: Professora Doutora Ana Paula Banza

Mestrado em Línguas e Linguística: Tradução e Ciências da Linguagem

Área de especialização: *Ciências da Linguagem*

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre

Évora, Ano 2017



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA E LITERATURAS

Título: Contribuições Léxico-Semânticas para o Português Angolano. Um Estudo Antroponímico na Província de Benguela

Nome do Mestrando: Fernando Mauro António dos Santos

Orientação: Professora Doutora Ana Paula Banza

Mestrado em Línguas e Linguística: Tradução e Ciências da Linguagem

Área de especialização: *Ciências da Linguagem*

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre

Évora, Ano 2017

Dedicatória

Aos

meus pais, Eduardo Moura dos Santos e Delfina Ant3nio de F3tima
(feliz mem3ria)

Agradecimentos

Este trabalho não teria sido possível sem a contribuição de várias pessoas que, direta ou indiretamente, colaboraram na sua realização. Por isso, quero expressar os meus agradecimentos a todas elas.

Primeiramente, a Deus pelo dom da vida e por me ter dado esta oportunidade, força e sabedoria na elaboração deste trabalho.

O meu especial agradecimento vai para a minha orientadora, prof^ª. Dr.^a. Ana Paula Banza, pela disponibilidade, mestria e sapiência na orientação deste trabalho. O meu agradecimento estende-se ainda a todas professoras que contribuíram com o seu saber durante a fase curricular do mestrado, a saber: a prof^ª. Dr.^a. Maria Marçalo, a prof^ª. Dr.^a. Ana Alexandre, prof^ª. Dr.^a. Maria do Céu, a prof^ª. Dr.^a. Fernanda Gonçalves e a prof^ª. Dr.^a. Filomena Gonçalves.

À Doutora Guiomar de Carvalho pelo incentivo, força e coragem durante a minha formação e ao Dr. José Januário, delegado da Educação do município de Benguela, por me ter encorajado a me engajar afincadamente nesta formação.

À Direção da Conservatória do Registo Civil de Benguela, na pessoa do senhor José Kaley Mota, Conservador desta instituição, por me ter atendido e disponibilizado documentos atinentes para a presente investigação.

À Direção dos serviços da igreja Católica, paróquia de Nossa Senhora de Nazaré, pela abertura, humildade e amizade ao conceder-me oportunidade para a investigação do trabalho.

Gostaria, igualmente, de agradecer aos professores e aos estudantes que, com prontidão e honestidade, responderam às perguntas por questionário e pelos momentos de aprendizagem que me proporcionaram.

A minha querida esposa pela paciência, amor, compreensão e ajuda nos momentos mais difíceis, bem como ao meu amado filho por este longo tempo ausente.

A todos, muito obrigado!

Resumo

O ato de nomear está intrinsecamente ligado à linguagem desde que o ser humano apareceu no planeta. O homem nomeia tudo o que vê, ouve, sente e manuseia.

Em muitas culturas, o nome tem grande importância por revelar o carácter de uma pessoa. Assim acontece com os povos hebreu, egípcio, babilónio, chinês, grego, etc. Por esta razão, mudar de nome, para muitos povos e culturas, significa mudar de personalidade.

Deste modo, o nome pode revelar as circunstâncias em que o indivíduo nasceu, vive ou viveu, ou ainda aspetos relevantes da sua personalidade. Não será por acaso que alguns nomes são facilmente aceites pela sociedade e outros rejeitados. A identidade pessoal constitui um bem para qualquer pessoa e, por esta razão, cada ser humano na face da terra tem direito a um nome, independentemente da condição social, da cultura, tribo, língua ou nação.

Atendendo a existência de laços culturais e linguísticos bem conhecidos entre Portugal e Angola e a que, por esse motivo, os nomes dos angolanos são frequentemente mistos, abordaremos no presente trabalho, necessariamente nomes portugueses e nomes bantu. No entanto, o nosso enfoque será nos nomes de origem bantu (mormente os de origem umbundu, língua maioritária na região estudada), na medida em que são estes os menos estudados e os menos conhecidos. Nesta perspetiva, o trabalho está dividido em duas partes.

Na parte I, abordamos, a título de introdução, alguns conceitos operatórios básicos.

Na parte II, apresentamos o quadro etno e sociolinguístico de Angola, tecendo algumas considerações entre o português e as demais línguas, principalmente as de origem bantu, e apresentamos o estudo antroponímico que é o objetivo da presente investigação.

Palavras-chave: Antroponímia, léxico, língua, variação linguística, português de Angola.

Abstract

LEXICAL-SEMANTIC CONTRIBUTIONS FOR ANGOLAN PORTUGUESE. AN ANTHROPHONIMIC STUDY IN BENGUELA PROVINCE.

The act of name is intimately connected to language, since the human being appeared on earth. Man names everything he sees, hears, feels and handles. In many cultures, the name has great value by revealing someone's personality. So this happens with people like hebrew, egyptian, greek, chinese and babylonians, etc.

For this reason, the change of names, for many people and cultures, means a change of personality. So a name can reveal circumstances in which the man was born, lives and lived, or even some real aspects of his personality. It is no wonder that some names are easily taken by society and other are not. The identity of a person comes to be a benefit for a person and for this reason each human being on earth has the right to have a name regardless of his social condition, culture, tribe, language and nation.

Having these cultures and linguistics ties well known between Portugal and Angola, for this reason the angolan names are often mixed, we are going to approach in this present project necessarily the portuguese names and bantu names. However, our focus will be on bantu origin names (mainly those of origin umbundu, majority language in the studied region) because they are less studied and less known.

In this perspective, the project is divided into two parts:

In the first part, we are going to approach, as an introduction, some basics concepts.

In the second part, we present the ethno and sociolinguistic framework of Angola, concerning some issues among portuguese and other languages mostly those from bantu origin and we also present an anthrophonimic study which is the purpose of this research.

Keywords: Anthrophonymy, lexicon, language, linguistic variation, portuguese of Angola.

Lista de siglas e abreviaturas usadas no trabalho

GU – Gramática Universal

LE – Língua Estrangeira

LM – Língua Materna

LS – Língua Segunda

LP – Língua Portuguesa

PA – Português Angolano

PB – Português Brasileiro

PE – Português Europeu

PM – Português Moçambicano

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization)

Índice

Dedicatória-----	I
Agradecimentos-----	II
Resumo-----	III
Abstract-----	IV
Lista de siglas e Abreviaturas-----	V
Índice-----	VI
0.Introdução-----	8
Parte I: Aspetos teóricos e metodológicos-----	11
1. Língua e linguagem-----	11
2. Mudança e variação-----	14
2.1. Variação geográfica-----	16
2.2. Variação social e individual-----	18
3. Pressupostos metodológicos-----	20
3.1. Corpus escrito-----	22
3.2. Corpus oral-----	24
Parte II: O Português em Angola-----	26
1. Quadro sócio e etnolinguístico-----	26
1.1. Contextualização-----	26
1.2. Caracterização etnolinguística-----	29
1.2.1. Língua e cultura ovimbundu-----	32
1.2.2. O português como língua oficial-----	34
1.2.3. O português como língua materna e língua segunda-----	35
2. Um estudo antroponímico-----	39
2.1. Léxico-----	39
2.2. Os antropónimos-----	44
2.3. Composição dos nomes-----	48

2.4. Composição, origem e significado dos nomes próprios no português de Angola-----	49
2.5. Apresentação e análise dos dados-----	52
2.5.1. Conservatória do Registo Civil – 1960-----	52
2.5.2. Conservatória do Registo Civil – 1980-81-----	53
2.5.3. Registos da Paróquia de Nazaré-----	54
2.5.4. Inquérito-----	58
3. Estudo léxico-semântico-----	63
3.1. Antropónimos portugueses-----	64
3.2. Antropónimos umbundu-----	68
3.2.1. Antropónimos derivados de circunstâncias quotidianas-----	69
3.2.2. Antropónimos derivados da fauna e da flora-----	72
3.3. Antropónimos kimbundu e kikongo-----	74
3.4. Breves considerações em torno das alcunhas-----	76
Conclusão-----	78
Bibliografia-----	80
Anexos-----	86

0. INTRODUÇÃO

O nome de um homem não é como uma capa que lhe está sobre os ombros, pendente, e que pode ser tirada ou arrancada a bel prazer, mas uma peça de vestuário perfeitamente adaptada ou, como a pele, que cresce junto com ele; ela não pode ser arrancada sem causar dor também ao homem.

Johann Goethe

Desde o momento que somos concebidos e, portanto, gerados temos inscrito no nosso código genético um certo número de características que nos individualizam dos demais membros da sociedade a que pertencemos. E uma das características é, sem dúvida, o nome. Uma pessoa tem a necessidade de afirmar a sua própria individualidade, sendo, neste caso, o nome uma das formas dessa identificação.

Quando nos perguntam, por exemplo, *qual é o teu nome?* ou *Como te chamas?* respondemos prontamente *chamo-me Paulo, Pedro, Ngueve...* No entanto, responder a uma pergunta como esta requer muito mais do que dar uma informação. Em muitos casos, tentamos, na verdade, dizer o que nós somos, ou seja, fazemo-nos representar, visto que existe uma relação entre o nome e o seu possuidor e, por outro lado, ao ouvirmos, por exemplo, expressões como *Não manches o meu nome* ou *O seu nome está na lista negra*, sentimo-nos, de certa forma, preocupados.

Nas civilizações antigas, os nomes, além de serem identificadores dos indivíduos, tinham, também, relação com as circunstâncias do nascimento, do local, da aparência da criança, etc. e os povos antigos tinham também por hábito dar nomes de seus ídolos aos seus descendentes. Por exemplo, no antigo Oriente Médio, os pais tinham por costume dar nomes aos filhos, como Nabucodonosor, que significa "Nebo defende a fronteira" e Jezabel, por sua vez, quer dizer "Bel (Baal) é exaltado". O povo hebreu tinha um costume semelhante, isto é, davam a seus filhos nomes relacionados com Deus, o Criador, ou então com base em circunstâncias que envolviam o nascimento da criança. Nestas culturas, acreditava-se que ter um bom nome era, também, ter como que portas abertas para um futuro promissor. A Bíblia Sagrada fala muito sobre a importância de ter um bom nome. Em Eclesiastes 7:1, está assim escrito: "Melhor é o bom nome do que o unguento (perfume) mais precioso." O livro sagrado está não apenas cheio de nomes,

mas também de conceitos religiosos envolvendo nomes, como, por exemplo, na oração: *Pai nosso que estás no céu, santificado seja o teu nome*; e, ainda, *Não tomarás o nome do Senhor, teu Deus, em vão* (Êxodo 20).

Também em África, a atribuição de um nome à criança, por um lado, depende de circunstâncias normalmente desde a gestação até ao nascimento e, por outro, encontra-se enraizada em dois princípios opostos e misteriosos da filosofia bantu: a vida e a morte. “Chama-se bantu ao conjunto de povos (da África Central, da África Oriental e da África Austral) que, nas suas respectivas línguas, denominam o ser humano, através do radical *ntu*” [singular *muntu*] (Fernandes e Ntongo, 2002:35), como “o ser que empenhado inteiramente na dinâmica da vida [...] o homem constitui o centro de toda a vida [...] por isso, ele, (*muntu*) considera a procriação como um dom inestimável que *Suku*, *Kalunga* proporcionou a humanidade. Quando este dom não é obtido, então deduz-se que há uma força estranha, que impossibilita a chegar [...]” (Yambo, 2003:9). O nome desempenha um papel importantíssimo, na cultura bantu, porque está inextricavelmente ligado ao seu portador, representa a pessoa, centro da vida.

Na tradição *Akan* (grupo etnolinguístico da África ocidental), as crianças são nomeadas com base nos dias de semana. Por exemplo, *Kofi*, em *Akan*, é o nome que corresponde a sexta-feira; em relação a *Anan*, derivado de histórias mitológicas da região, significa, literalmente, *a história da aranha* ou, então, segundo outra versão, pode ter um sentido figurado, significando *histórias do viajante*. Assim, o nome do ex-secretário da ONU, *Koffi Anan* que poderá significar *Sexta-Feira das Aranhas* ou *Sexta-Feira das Histórias do Viajante*. Em Angola, acontece o mesmo. Em função dos dias da semana, algumas crianças recebem nomes como, por exemplo, *Sabalo* “nascida no sábado”.

Por outro lado, alguns nomes têm mesmo a ver com os feitos do indivíduo. Assim é o caso de Joseph Desiré Mobutu, ex-presidente da República Democrática do Congo, que mudou o nome para *Mobutu Sese Seko Nkuku Ngbentun wa Za Banga* (O Todo-Poderoso Guerreiro que, por sua Força e Inabalável Vontade de Vencer, Vai de Conquista em Conquista, Deixando Fogo no seu Rastro). O antigo presidente do Gana, Francis Nwia-Kofi Ngonloma, depois de chegar à presidência da República, mudou o nome para *Kwame Nkrumah*, já que foi considerado *Osagyefo* (líder vitorioso).

Assim, no presente trabalho, pretendemos abordar a antroponímia em Angola – Benguela. Atendendo a que laços culturais e linguísticos bem conhecidos entre Portugal e Angola e a que, por esse motivo, os nomes dos angolanos são frequentemente mistos, abordaremos necessariamente nomes portugueses e nomes bantu. No entanto, o nosso enfoque será nos nomes de origem bantu (mormente os de origem umbundu, língua maioritária na região estudada), na medida em que são estes os menos estudados e os menos conhecidos. Nesta perspetiva, o trabalho está dividido em duas partes.

Na parte I, abordamos, a título de introdução, alguns conceitos operatórios básicos.

Na parte II, apresentamos o quadro etno e sociolinguístico de Angola, tecendo algumas considerações entre o português e as demais línguas, principalmente as de origem bantu, e apresentamos o estudo antroponímico que é o objetivo da presente investigação.

0.1. Objetivos

Os objetivos para este estudo são:

Objetivo geral

- Compreender a origem e o papel dos antropónimos no português de Angola, procurando identificar especificidades do uso angolano face ao do português europeu.

Objetivos específicos

- Estudar a génese dos antropónimos em uso em Angola (base portuguesa/base bantu);
- Explicar o sentido de alguns antropónimos, tendo em conta o contexto, a cultura e o espaço geográfico (Angola-Província de Benguela);
- Incentivar estudos e pesquisas sobre Antroponímia como uma subárea da Linguística, numa perspetiva variacional.

Com este trabalho, esperamos, assim, contribuir para um melhor conhecimento da antroponímia angolana, relacionando-a com as especificidades socioculturais e linguísticas de Angola e do seu povo e cultura e, por outro lado, procuramos também contribuir para o incremento do interesse e, desejavelmente, do número de trabalhos sobre o tema.

PARTE I – ASPETOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

1.1. Linguagem e língua

“Os costumes de uma nação têm uma incidência sobre a sua língua e, por outro lado, é a língua que faz a nação [...] A colonização, que é uma forma de conquista, transporta um idioma para meios diferentes, o que implica modificações nesse idioma.”

F. Saussure

A questão da linguagem sempre fez parte da história da humanidade. A partir do momento em que o homem passou a viver em sociedade, a linguagem teve um papel fundamental, pois é o código que permite a comunicação entre todos os seres da comunidade.

Cada época ou cada civilização, de acordo com os seus saberes, as suas crenças ou ideologias, encara a linguagem de modo diferente, não há sociedades sem linguagem, assim como não há sociedades sem comunicação. A Linguística é o estudo sistemático da linguagem, ou seja, um ramo do conhecimento científico que descreve a linguagem em todos os seus aspetos e formula teorias acerca do seu funcionamento (Mineiro 2009:16).

Martinet (1985:12) afirma que “[...] a linguagem designa propriamente a faculdade de que os homens dispõem para se compreenderem por meio de signos vocais.” Isto é, os seres humanos podem utilizar outros meios, tais como a pintura, o desenho, os símbolos, a escrita, etc., para comunicarem. No entanto, a linguagem humana é prioritariamente vocal, uma vez que há sociedades que falam sem saber escrever nem ler.

Por outro lado, está também subjacente a esta definição que a linguagem é um atributo que distingue os seres humanos dos demais animais. Muitos outros linguistas, de orientação teórica estruturalista partilham dessa mesma visão. Veja-se, a título de exemplo, Azevedo *et ali* (2012:10), ao dizer que a linguagem “é uma faculdade unicamente humana que consiste na capacidade de usarmos símbolos verbais para representar o mundo e, por esse processo, conseguirmos realizar uma série de atividade; dar ordens ou conselhos, fazer perguntas, formular pedidos, emitir opiniões ou sugestões, expressar emoções ou sentimentos, fazer advertências, transmitir informações”.

Por outro lado, a linguística de orientação generativa, embora conceitue a linguagem como um subsistema mental, afastando-se assim da visão funcionalista de linguagem, partilha com ela a visão da linguagem como faculdade exclusivamente humana. Veja-se Raposo (1998:15) ao afirmar que “A linguagem é uma faculdade específica da mente humana, não partilhada por nenhuma outra espécie animal, nem mesmo a dos macacos, possuidores no entanto de um razoável grau de desenvolvimento cognitivo noutras esferas mentais (manipulação primitiva de símbolos, categorização conceptual, construção de ferramentas, etc.)”.

Embora a maior parte das pessoas utilize as palavras *linguagem* e *língua* para designar a mesma realidade, do ponto de vista linguístico, esses termos não devem ser confundidos. A distinção que se faz entre linguagem e língua tem um carácter metodológico relevante, uma vez que esses conceitos revelam aspetos diferentes de um processo amplo, que é o da comunicação humana, sendo talvez aí que resida a razão por que a maior parte das pessoas emprega essas duas palavras para designar uma mesma realidade.

A linguagem, que, na verdade não tinha lugar na linguística estruturalista (que era uma linguística da língua) é, atualmente, no domínio da linguística de base generativa, entendida como um subsistema de conhecimento, um subsistema mental que permite a aquisição e uso de uma ou mais línguas. A língua, por sua vez, permite ao homem a apreensão do que o rodeia, o pensamento, a comunicação e a expressão, primariamente orais.

Um ser humano pode viver sem ter aprendido a ler e a escrever. Há ainda, por exemplo, muitas pessoas, em diversas partes do mundo, que não sabem ler nem escrever, como também existem muitas línguas ágrafas. Entretanto, essas pessoas falam, compreendem e podem debater ideias complexas e abstratas tão bem como as pessoas instruídas. Por outro lado, a comunicação sempre foi um fator importante nas relações humanas e, deste modo, como disse Garmadi (1983:15), “é o emblema do grupo e, para cada locutor, a primeira das atribuições funcionais da língua que pratica é a de ser o símbolo de pertença ao grupo”.

O ser humano tem conhecimento intuitivo da língua e capacidades cognitivas. Se as experiências linguísticas que vai vivendo na sua fase de crescimento são fatores que justificam o desenvolvimento da linguagem, é de aceitar que nem todos tenham adquirido os mesmos conhecimentos e, deste modo, vivido as mesmas experiências. O lugar em que o indivíduo nasce,

os fatores socioculturais, associados a fatores económicos, podem fazer a diferença na aquisição linguística.

A língua é o meio pelo qual os seres humanos expressam o pensamento e é através dela que as coisas são nomeadas. Cada falante gosta de ser compreendido e bem recebido pelos membros da sua comunidade; para isso é necessário que o falante domine a língua, saiba exprimir-se bem. A língua é encarada como reflexo da diversificação social e cultural da sociedade que a utiliza. O indivíduo adquire-a devido à necessidade que sente de se relacionar com os outros, de forma a compreender e ser compreendido.

A definição de língua tem, também ela, evoluído em função das ideias das distintas escolas ou correntes linguísticas que surgiram no decurso da história dos estudos linguísticos, desde o estruturalismo até ao generativismo. Saussure (1974:510) defendia que, “a língua é um sistema de signos depositado pela prática da palavra na massa falante, o sistema é produzido por uma cristalização social, que a natureza social é uma característica interna do sistema, que não há realidade linguística fora da duração e da massa falante, que só o tempo permite às forças sociais exercer os seus efeitos sobre a língua”.

Para Martinet (1985:24), “uma língua é um instrumento de comunicação segundo o qual, de modo variável de comunidade a comunidade, se analisa a experiência humana em unidades providas de conteúdo semântico e de expressão fónica – os monemas. Esta expressão fónica articula-se por sua vez em unidades distintivas e sucessivas – os fonemas – de número fixo em cada língua e cuja natureza e relações mútuas também diferem de língua para língua”.

A linguística generativa não nega alguns conceitos da linguística estrutural, uma vez que é herdeira desta. No entanto, contrariamente à visão estruturalista de que a língua resulta da formação de hábitos, adquiridos por treino e por imitação (Bloomfield, 1984:34), Chomsky, como os demais linguistas generativistas, sustenta que a língua consiste num sistema de conhecimentos interiorizados na mente humana.

É por isso que a abordagem generativista ou inatista pressupõe a existência de um mecanismo inato responsável pela aquisição da linguagem denominado *Gramática Universal* (GU). Segundo Raposo (1992:47), “A gramática universal é entendida como um dos princípios geneticamente determinados, específico à espécie humana e uniforme através da espécie.

Podemos conceber a gramática universal como um órgão biológico, que evolui no indivíduo como qualquer órgão. O resultado dessa evolução é a gramática final que caracteriza os conhecimentos linguísticos do falante adulto”.

Ao conceituar *língua*, o generativismo introduz também os termos *competência* – conhecimento linguístico que permite a fluência que caracteriza um falante-ouvinte na sua língua nativa – e *desempenho* – uso linguístico do falante-ouvinte em situações concretas (ambos do inglês “performance” e “competence”). Assim, Chomsky (1957:15) afirma que a:

“[...] língua é um conjunto (finito ou infinito) de frases, todas elas de extensão finita e construídas a partir de um conjunto de elementos. Todas as línguas naturais, quer na sua forma oral quer escrita são línguas neste sentido, uma vez que cada língua natural possui um número finito de fonemas (ou de letras no seu alfabeto) e que cada frase pode representar-se como uma sequência finita desses fonemas (ou letras), embora o número de frases seja infinito.”

Deste modo, “a língua desenvolve-se no indivíduo numa época específica de sua vida, com a condição de que exista uma língua em uso no ambiente, que sirva de gatilho para o início do processo. É esta condição que leva à denominação língua natural: não é inventada, mas é o resultado espontâneo de uma capacidade inata em face de condições ambientais suficientes” (Rosa 2010:135).

Portanto, a linguagem, enquanto capacidade de produzir e entender signos, a língua, além de ser um instrumento de comunicação de uma dada comunidade sendo composta por unidades linguística que possibilitam a produção e compreensão de enunciados é inata e biologicamente determinada na espécie humana.

1.2. Mudança e variação

A linguística da variação, uma das subáreas da investigação sociolinguística, tem como objetivo reconhecer a variação no sistema de uma língua como uma propriedade imanente e corroborar esta propriedade com uma grande quantidade de dados (Endruschat e Radefeldt, 2015:246).

A variação pode, na mesma sincronia, observar-se em função de falares geograficos, sociais ou individuais. Uma das causas da variação, numa determinada sincronia, é o contacto entre línguas diferentes, gerando assim interferências linguísticas que, regra geral, acabam por

conduzir à mudança. Assim, a variação é o fenómeno no qual, na prática corrente, uma determinada língua não é jamais, numa época, num lugar, num dado grupo social, idêntica ao que ela é noutra época, em outro lugar e em outro grupo social. A mudança diz respeito à “alteração dos sons, palavras e frases de língua ao longo da história” (Marquilha, 2013:17).

O contacto de línguas é uma situação humana na qual um indivíduo ou um grupo são levados a usar duas ou mais línguas. De acordo com Martinet (1980: 171), “A interferência é um fenómeno do contacto de línguas, que ocorre quando existe uma convivência entre povos, cujos sistemas de comunicação são diferentes.”

O português, em Angola, apresenta uma extraordinária diferença variacional, devida sobretudo à pluralidade de línguas aí existentes. O umbundo, por exemplo, é uma das línguas *bantu* que é falada nas províncias do centro-sul do país, isto é, nas províncias do Bié, do Huambo, de Benguela e numa parte da Huíla. Nesse contexto, dá-se o contacto entre o português e o umbundo, resultante da interação dessas duas línguas, com influências mútuas, sobretudo ao nível do léxico, como é o caso da palavra *osipitali* “hospital” – empréstimo do português para o umbundo ou, então, *quitandeira* “vendedeira” de *chitanda* “praça” – empréstimo do umbundo para o português.

As condições sociais do contacto acontecem sempre por necessidade de comunicação entre os falantes de grupos linguísticos diferentes, neste caso, o português e o umbundo. Por essa razão, a comunicação passa a ser vista como um dos fatores de desenvolvimento linguístico. Marçalo, defensora de uma visão estruturalista da mudança, afirma que:

“[...]o seu funcionamento [da língua], em oposição ao que durante alguns séculos se pensou, não é conflitual com a mudança, antes pelo contrário implica-a. Uma língua muda porque funciona. O sistema existe em movimento, ou seja, não há contradição entre sistema e mudança. A língua é algo vivo e como tal transforma-se sem cessar, não deixando jamais de desempenhar a sua função principal, a de ser um instrumento de comunicação. As mudanças são explicadas dentro do funcionamento da língua [...] As relações das unidades e as suas modificações no interior de um sistema são determinadas por factores funcionais” (Marçalo, 1994:90).

Nesta perspectiva, e admitindo ainda a mudança, aceitam-se apenas como causas “factores funcionais” internos à língua. Por outro lado, no domínio sincrónico, a tendência é ignorar a variação a favor de uma única variante, ideal. No entanto, sabemos que, na prática, não é assim. A língua varia consoante a idade, o sexo, a geografia ou o espaço, a profissão e o grau

de instrução e é essa variação que, em última análise, desencadeia a mudança. Segundo Mateus e Nascimento (2005:18) “A mudança que se observa numa língua no decorrer do tempo tem paralelo na mudança dos conceitos de vida de uma sociedade, na mudança das artes, da filosofia e da ciência e, até, na mudança da própria natureza. Essa mudança (é) [...] um dos aspectos mais evidentes da variação inerente a qualquer língua”.

A relação entre língua e sociedade é estudada pela Sociolinguística, uma subárea da Linguística. Segundo Cunha e Cintra (1989:2) “a sociolinguística, ramo da linguística que estuda a língua como fenómeno social e cultural, veio mostrar que estas inter-relações são muito complexas e podem assumir diferentes formas. Na maioria das vezes, comprova-se uma co-variação do fenómeno linguístico e social. Em alguns casos, no entanto, faz sentido admitir uma correlação direccional: a influência da sociedade na língua, ou da língua na sociedade”.

Assim, de acordo com os mesmos autores (p. 3), uma língua apresenta, pelo menos, três tipos de diferenças internas, que podem ser mais ou menos distintas:

1. diferenças no espaço geográfico, ou variações diatópicas (falares locais, variações regionais e, até, intercontinentais);
2. diferenças entre as camadas socioculturais, ou variações diastráticas (nível culto, língua padrão, nível popular, etc.);
3. diferenças entre os tipos de modalidade expressiva, ou variações diafásicas (língua falada, língua escrita, língua literária, linguagens especiais, linguagem dos homens, linguagem das mulheres, etc.).

A língua portuguesa, cuja difusão se foi operando ao longo dos séculos nas mais diversas partes do mundo, apresenta variação de todos os tipos, com reflexos nos diferentes componentes da gramática: fonético/fonológico, morfológico, sintático, semântico e lexical.

1.2.1. Variação geográfica

As principais diferenças que, regra geral, se notam numa determinada língua são as resultantes da variação geográfica ou diatópica; essas variantes são, muitas vezes, designadas por dialetos e cabe à dialetologia o estudo destas variedades, como parte da linguística que teve a sua origem praticamente no século XX. No entanto, a variação geográfica pode verificar-se também

a um nível mais alargado, apresentando variedades nacionais, elas próprias internamente diferenciadas, como é o caso do português. Nem sempre é fácil recortar uma zona geográfica e, desta forma, identificá-la com um falar regional ou local, tendo em conta que numa mesma região poderão coexistir falares diferentes. Teixeira diz que:

“Não existe uma zona nítida, uma zona dialetal, com características apenas dela. O que acontece estas diferenças podem coincidir mais ou menos numa zona, pode recortar-se linguisticamente esse espaço e classificá-lo como zona dialetal, ou seja, uma zona onde há algumas variações linguísticas relativamente a outras zonas. Com o tempo, os falares regionais não são vistos apenas como indicadores de diferenças geográficas, mas também de diferenças culturais, religiosas ou económico-sociais” (Teixeira, 2014:105).

As alterações de uma variedade não se dão todas ao mesmo tempo, mas gradualmente, tendo muitas vezes origem numa determinada região e daí espalhando-se lentamente a outras, por vezes ao longo de várias gerações de falantes.

Os falantes conseguem notar, por exemplo, diferenças fonéticas ou fonológicas, muitas vezes mencionadas como sotaques diferentes. Isto é, o sotaque dá informação sobre as características linguísticas do dialeto do falante – revelando, por exemplo, a região do país a que o falante pertence ou o grupo sociolinguístico. Por outro, alguns estudos (Mateus e Nascimento, 2005:19) sustentam que o dialeto/variedade não é hoje considerado uma forma “diferente” (e até desprestigiada) de falar uma língua, mas é “qualquer” forma de falar uma língua conforme a região a que pertence o falante.

Das variedades do português no mundo, podemos destacar a do português falado no Brasil, bem como as que se chamam, de uma forma genérica, variedades africanas, diferentes da variedade europeia e diferentes entre si. Estas variedades registam várias diferenças a nível fonético, a nível do léxico ou a nível sintático, com usos diferentes, como, por exemplo, a colocação do pronome pessoal átono em posição pré-verbal, em frases afirmativas, ou a não concordância entre sujeito e predicado, como sintetizamos no quadro seguinte:

Português Europeu (PE)	Português Brasileiro (PB)	Português Angolano (PA)
-------------------------------	----------------------------------	--------------------------------

<u>Nível fonético-fonológico</u>	<u>Nível fonético-fonológico</u>	<u>Nível fonético-fonológico</u>
Ex. Querido [kridu] ¹	Ex. Querido [keridu]	Ex. Querido [kiridu] ou [keridu]
<u>Nível lexical</u>	<u>Nível lexical</u>	<u>Nível lexical</u>
Ex. Amendoim,	Ex. Amendoim	Ex. Jinguba
<u>Nível morfossintático</u>	<u>Nível morfossintático</u>	<u>Nível morfossintático</u>
Ex. O Pedro entregou-te o livro.	Ex. O Pedro te entregou o livro.	Ex. O Pedro te entregou o livro.
Ex. Os meninos vão à escola.	Ex. Os meninos vão à/na escola.	Ex. Os menino vão na/à escola.

No caso de Angola e de Moçambique, as interferências são devidas, sobretudo, ao contacto com as diferentes línguas autóctones, quase todas de origem *bantu*.

1.2.2. Variação social e individual

Outro fator de variação linguística é o fator social. As variedades sociais são também designadas variantes diastráticas ou, então, socioletos. Relativamente a este tipo de variedade, Duarte (2000:23) salienta que “a pertença dos falantes a grupos sociais e profissionais, caracterizados por certos níveis culturais e de escolarização, condiciona os sistemas de conhecimentos e crenças que adquirem e traduz-se em comportamentos diversificados, no âmbito dos quais se incluem usos diferenciados da língua”.

Nesta perspetiva, cabem também aqui os registos de língua, tais como o registo cuidado, o registo corrente e o registo familiar. Segundo Mateus *et ali*. (1983:34) “A língua falada por qualquer sociedade apresenta constantes mudanças em consonância com as alterações sofridas pelo funcionamento do próprio corpo social”.

Em princípio, essas variedades (sociais) eram/são tidas, por alguns, como formas desprestigiadas, ou então linguagem das pessoas incultas. Daí decorre o preconceito, por exemplo, em relação àqueles que se expressam de maneira diferente das pessoas consideradas cultas. Expressões, por exemplo, oriundas da gíria ou mesmo do calão são sentidas como inadequadas ou desprestigiadas num determinado tempo, mas, às vezes, com o passar dos anos, algumas dessas palavras acabam mesmo de entrar no léxico comum da língua.

¹ Os exemplos atinentes ao subsistema fonético-fonológico foram extraídos de Gonçalves, Perpétua (2013:163)

Por essa razão, Mateus e Nascimento (2005:22) observam que:

“os trabalhos realizados por sociolinguistas desde os anos 60 vieram provar que não há insuficiências decorrentes das características linguísticas desses socioletos que impeçam a explicitação verbal de conceitos científicos ou filosóficos. A questão centra-se nas necessidades e nos interesses socioculturais, que exigem da língua usada determinada especialização [...] Hoje é facto assente que todos os falantes usam um determinado socioleto correspondente ao contexto sociocultural em que estão integrados”.

Desta forma, os falantes vão adequando a língua, tendo em conta o contexto, o lugar e também o nível sociocultural. Algumas vezes estas variações poderão gerar incompreensões por parte dos falantes, o que é muito notório no caso de Angola, tanto mais que as assimetrias de natureza socioeconómica e sociocultural são aí muito vincadas.

Por outro lado, os enunciados dependem das situações de comunicação. Para transmitir a mesma informação, o mesmo falante poderá utilizar registos/níveis de língua diferentes em função do seu interlocutor, do local e das circunstâncias em que se encontra e da natureza da mensagem. Portanto, conforme o sexo, o grau de cultura, a variedade dos interesses, a profissão, etc., o falante poderá empregar este ou aquele termo, distinguindo-o de forma precisa de um outro.

Por outro lado, é necessário estudar os grupos sociais numa perspetiva da sua individuação linguística. Entende-se por individuação “o conjunto dos processos pelos quais um grupo social adquire um certo número de particularidades de discurso que podem permitir reconhecer, salvo camuflagem ou simulação, um membro desse grupo. Esta individuação pode intervir, pelo menos teoricamente, unicamente ao nível da forma, do significante” (Marcellesi e Gardin, 1975:268).

Enquanto a língua é um sistema constituído por signos que se combinam segundo regras específicas, a fala é sempre individual. Cada indivíduo, ao falar, faz sempre uma seleção das possibilidades que a língua oferece. De acordo com Marcellesi e Gardin (p. 274), “a fala é a combinação individual, introduzidas pelos sujeitos falantes”.

Os fatores individuais, no seio do grupo social, podem ser determinantes no plano da variação da língua, uma vez que cada indivíduo, possuidor de um conhecimento linguístico, faz uso do sistema, introduzindo características peculiares que o diferenciam dos demais da mesma comunidade linguística.

1.3. Pressupostos metodológicos

“Metodologia”: resulta da combinação das palavras *methodos* (gr. Caminho, organização) + *logos* (gr. Tratado, estudo, palavra), estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, com intuito de se realizar uma pesquisa ou um estudo.

De acordo com Reis (2010:57):

“[...] a metodologia é uma condição necessária para que o trabalho científico tenha rumo, direção e que possa ser analisado de uma forma crítica por outros pesquisadores. Sendo um conjunto de passos a percorrer e dos meios que conduzem aos resultados, é assim o modo como se organiza um trabalho em função dos objetivos que se pretendem atingir, isto é, um processo racional para se chegar ao conhecimento ou à demonstração da verdade e onde a sua ordem de assuntos tenha uma sequência lógica”.

Podemos dizer que no estudo das línguas têm sido adotadas duas formas de investigação empírica, nomeadamente a pesquisa quantitativa e a pesquisa qualitativa, esta de carácter mais descritivo. A investigação quantitativa, de acordo com Reis (2010:62), “considera que todos os dados podem ser quantificáveis, o que significa traduzi-los em números, opiniões e informações para os classificar e analisar. É baseada na observação de factos, de acontecimentos ou de fenómenos. A sua finalidade é contribuir para o desenvolvimento e validação dos conhecimentos e ainda para a possibilidade de generalizar os resultados.” A pesquisa quantitativa permite realizar um estudo com amostras representativas e os dados são recolhidos a partir de inquéritos, sob a forma de questionários.

A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números (Reis, 2010:63). Isto é, a pesquisa qualitativa não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas, sendo, por isso, uma pesquisa de índole descritivo.

Os métodos qualitativos de pesquisa são basicamente úteis para quem busca entender o contexto onde algum fenómeno ocorre, como é o caso no presente trabalho. Assim sendo, eles permitem a observação de vários elementos simultaneamente num pequeno grupo. Essa abordagem é capaz de propiciar um conhecimento aprofundado de um evento, possibilitando a explicação de comportamentos (Victoria et al, 2000:33).

É importante frisar que nenhuma das duas pode ser considerada por si só mais eficaz do que a outra no estudo da língua e que, em muitos casos, ambas podem ser combinadas com vantagem. Todas as opções metodológicas são válidas desde que forneçam resultados consistentes, isto é, desde que não sejam um mero reflexo dos instrumentos usados a recolha.

Na verdade, parece haver mais vantagens em combinar a investigação quantitativa e qualitativa do que separá-las. Assim, no presente trabalho, combinaremos estas duas formas de investigação, isto é, procederemos à recolha de dados e a sua análise quantitativa; mas esta análise será completada por uma análise qualitativa. Assim, partindo do princípio de que “[...] o uso de *corpora* permite a realização de descrições linguísticas de base empírica e promove, com isso, a discussão de questões teóricas solidamente fundamentadas” (Nascimento, 2002:601), o presente trabalho assentará na constituição de um *corpus* composto por documentos orais e escritos, com destaque para estes últimos.

A utilização de *corpus* sempre foi um recurso empregado em pesquisas linguísticas. A título de exemplo, podemos citar a utilização de *corpora* em dicionários elaborados em trabalhos de lexicologia e lexicografia. A expressão *corpus* é latina equivalente à palavra portuguesa *corpo*. No sentido documental, o *corpus* indica uma coleção de documentos, dados ou informação relativamente a uma matéria, assunto ou disciplina. No âmbito específico da linguística, conforme conceitua o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea (2001:984), *corpus* é “coleção de documentos linguísticos, orais ou escritos, conversas, conferências, textos literários, jornalísticos..., organizados e informatizados segundo critérios estabelecidos em função das análises e descrições a que se destinam”.

Segundo Galisson (1972:131- 132) *corpus* é um “Conjunto finito de enunciados tomados como objeto de análise.” Ou, mais adiante, *corpus* é um “conjunto finito de enunciados considerados característicos do tipo de língua a estudar, reunidos para servir de base à descrição e, eventualmente, à elaboração de um modelo explicativo dessa língua”. É a partir de *corpora* que podemos fazer observações precisas sobre o real comportamento linguístico de falantes reais, proporcionando informações fiáveis e isentas de opiniões ou julgamentos prévios sobre os factos de uma língua.

Em todo caso, o *corpus* deve ser representativo e pertinente, visando os objetivos da investigação, tendo como função sempre representar o objetivo em causa, baseando-se em documentos, em textos ou em um determinado autor. Lamas *et ali* (2000:102) definem *corpus* do seguinte modo:

“Conjunto representativo de enunciados, de textos e de conceitos que têm como objeto uma determinada análise ou investigação. Sendo um conjunto de enunciados com determinadas características e fins, pode encontrar-se nele, por vezes, uma abundante metalinguagem, de acordo com os objetivos a que se dirige, o que torna o corpus representativo, não apenas de conceitos, mas de um quadro conceptual. [...] O *corpus* pode ser denominado: – exaustivo quando contém todos os enunciados pretendidos; – seletivo quando compreende um dos enunciados, daí ser mais específico”.

Um *corpus* pode, assim, ser entendido como uma amostra, que pode ser oral e/ou escrito, podendo as amostras ser de quaisquer tamanhos, em função do estudo a que se pretende realizar. Por isso, tendo em conta que desejamos estudar a antroponímia em Angola, o nosso *corpus* será seletivo, constituindo uma amostra considerada representativa do objeto em causa.

1.3.1. *Corpus* escrito:

a. Conservatória do Registo Civil

A Conservatória de Registo Civil tem a responsabilidade de lavrar os registos dos cidadãos, tais como, o nascimento, a filiação, o casamento, a adoção, as convenções antenupciais, a regulação do exercício das responsabilidades parentais, a inibição ou suspensão do poder paternal, o óbito, a inabilitação ou a interdição. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, dispõe, no seu art.º 7, o seguinte:

1. A criança é registada imediatamente após o nascimento e tem desde o nascimento o direito a um nome, o direito a adquirir uma nacionalidade e, sempre que possível, o direito de conhecer os seus pais e de ser educada por eles. 2. Os Estados Partes garantem a realização destes direitos de harmonia com a legislação nacional e as obrigações decorrentes dos instrumentos jurídicos internacionais relevantes neste domínio, nomeadamente nos casos em que, de outro modo, a criança ficasse apátrida.²

Dada a importância dos serviços da Conservatória de Registo Civil para o nosso trabalho, procuramos, com toda a diligência possível, contactá-los com vista a colher informação sobre,

² UNICEF (1990), Convenção sobre os Direitos da Criança, artigo 7º, pág. 8. Sublinhado nosso.

principalmente, a forma como eram efetuados os registos no tempo colonial e depois da independência nacional.

Deste modo, na Conservatória do Registo Civil, fomos orientados pelo conservador desta instituição, que nos forneceu cópias dos registos de nascimento do livro nº 2 do ano de 1960 e do livro 48, do ano de 1980.³ Estes documentos deram-nos possibilidade de analisar a composição e a organização dos nomes e suas respetivas origens (portuguesa ou *bantu*).

Ao consultarmos os livros de registo, constatámos que, no período antes da independência, os nomes das línguas nativas eram poucos, o que não acontece no período pós-independência quando, com o intuito de valorizar a cultura e as línguas nativas, o governo passou a valorizar os nomes oriundos dessas línguas, chegando mesmo a ser obrigatório pelo menos um nome de origem nacional. Este procedimento foi reforçado com a promulgação da Lei Nº 10/85 de 19 de outubro, publicada no Diário da República e alterada através da Lei Nº 10/77 de 9 de abril, a que já nos referimos no capítulo anterior, onde consta o seguinte:

“3. Os nomes próprios, ou pelo menos um deles, será em língua nacional ou em língua portuguesa. 4. Os nomes próprios em outras línguas serão admitidos na sua forma originária ou adaptada”.

b. Serviços paroquiais da Igreja Católica

Os serviços paroquiais da Igreja Católica oferecem também material diversificado e credível. Chamamos “Registo Paroquial” aos livros elaborados pelos párocos de uma determinada paróquia, onde se lavram os Assentos de Casamento, Batismo e Óbito. Estes livros podem ser livros mistos (incluir os três tipos de assento) ou individuais, bem como incluir outro tipo de registo, nomeadamente da vida quotidiana da paróquia, revestidos da mais alta importância. Para o nosso trabalho, tivemos a oportunidade de fazer recolha desses dados na paróquia de Nazaré, sitiada no bairro Caponte.

Na seleção do material (os livros de batismo), focámo-nos em várias datas dos respetivos registos. Escolhemos, ao contrário do trabalho feito na Conservatória, os livros de 1950, 1980, 1990 e de 1999 – 2000, de forma a analisarmos os nomes dados aos fiéis, nos períodos pré e pós-

³ As cópias estão incluídas nos anexos 1 e 2 deste trabalho.

independência, já que a Igreja Católica teve um papel fundamental na atribuição dos chamados “nomes de batismo”. Tivemos interesse e preferência por estes dois períodos da história de Angola porque, em nosso entender, permitem perceber uma evolução no sentido de uma maior harmonização dos nomes, no período pós-independência.

No tratamento do *corpus*, propomo-nos seguir a seguinte ordem:

1. Em primeiro lugar, selecionámos os nomes de origem portuguesa, baseados em documentos escritos, a partir dos dados recolhidos no Registo Civil e nos serviços paroquiais. Fizemos a estatística dos mesmos para aferir a percentagem nos períodos antes da independência e depois da independência de Angola. Procedemos da mesma forma com os nomes de origem *bantu*;
2. Em segundo lugar, apresentámos tanto nomes portugueses como *bantu* e seus referidos significados. Para tal, baseámo-nos em algumas obras literárias, isto é, obras que versam sobre o tema com o intuito de ver e analisar alguns nomes e seus significados, tais como dicionários onomásticos (em relação aos nomes portugueses) e o *Pequeno Dicionário Antroponímico Umbundu*, de Francisco Xavier Yambo; acrescentámos, ainda, os depoimentos de pessoas entrevistadas durante o trabalho de campo que realizámos em Benguela – Angola.

1.3.2. *Corpus* oral

Tal como observa Reis (2010:91), “o inquérito por questionário é uma técnica de observação que tem como objetivo recolher informações baseando-se numa série ordenada de perguntas que devem ser respondidas, por escrito, pelo respondente, de forma a avaliar as atitudes, as opiniões e o resultado dos sujeitos ou recolher qualquer outra informação junto dos mesmos”.

O questionário é, pois, um instrumento de investigação que visa recolher informações baseando-se, geralmente, na inquirição de um grupo representativo da população em estudo (Sousa e Baptista, 2011:90-91). No presente trabalho usamos um inquérito elaborado por nós, constituído por doze perguntas, tendo em conta o nosso interesse, isto é, o estudo da antroponímia. Foram inquiridas onze pessoas dentre elas estudantes universitários, professores e padres. Este método permitiu-nos interrogar o número significativo de pessoas, num curto espaço

de tempo com a intenção de saber, por parte dos interrogados, o que pensam sobre o significados e importância dos nomes.

O *corpus* gravado e, posteriormente, transcrito baseou-se em depoimentos prestados por apenas cinco pessoas, porquanto tivemos dificuldade em encontrar pessoas disponíveis para as entrevistas. Na recolha desses dados, utilizamos o telemóvel, o que nos possibilitou, após as gravações, a cópia desses dados do telemóvel para o computador. Com a extração dos dados orais para o computador, foi igualmente possível guardá-los numa pasta e, posteriormente, transcrevê-los. Apesar de escassas, estas gravações podem constituir meios de prova valiosos na descoberta dos significados dos antropónimos.

PARTE II – O PORTUGUÊS EM ANGOLA

1. Quadro sócio e etnolinguístico

1.1. Contextualização

A língua é uma entidade dinâmica. Da mesma forma que se constata evolução e dinamismo culturais e, portanto, novas formas de representação da realidade, deve reconhecer-se também a contribuição dada pelos vários grupos de falantes do português para a construção desta maneira distinta de representá-la. Essa dinâmica é gerada pela própria sociedade, pelas relações entre os indivíduos ligadas à necessidade de intercompreensão.

Angola, como os demais países de expressão portuguesa, foi um país objeto de exploração colonial a partir dos séculos XV-XVI. No entanto, antes da ocupação colonial, e antes mesmo de os povos *bantu* chegarem ao território que hoje se chama Angola, outros povos habitavam estas terras. Segundo Zau (2011:47):

“Os khoisan costumam ser apontados como os primeiros povos primitivos da África Equatorial e Austral. Juntamente com os vátua, são, neste contexto, considerados os primeiros habitantes do território angolano na fase proto-histórica do paleolítico. Quer o grupo khoisan, quer o vátua, constituem o que genericamente se designa por povos *não-bantu* e *pré-bantu*. Oriundos de várias raças localizadas a sul do Equador. Presume-se que terão chegado a África, passando pela Ásia e Europa Ocidental, provavelmente há perto de 50 000 (cinquenta mil anos) a.C.”

Em relação aos povos *bantu*, o mesmo afirma que:

“Apesar de tanta panóplia de versões, é ponto assente que os *bantu* integram o grupo Ocidental desse conjunto de povos que se julga ter provindo da Ásia e que terá partido, de seguida, da região de Benue (entre Camarões e Nigéria), atingindo a Bacia do Congo, do Planalto Luba e dos Grandes Lagos. A partir dos Grandes Lagos, os bantu espalham-se, atingem Sofala (Moçambique) no extremo oriental, e África do Sul, no extremo meridional, incluindo Angola” (p. 48).

Esta visão é corroborada por Pinto (2013:161) ao afirmar que

“As populações africanas que habitavam esse espaço geográfico (Angola) ao tempo do início da presença portuguesa, remontante aos séculos XV/XVI, eram na maioria oriundas das migrações *bantu* da África Central para sul do Equador no segundo milénio a. C. – muito embora, segundo a arqueologia, só tenham penetrado no que viria a ser o território angolano já durante o primeiro milénio da era cristã, [...] e organizaram-se em unidades políticas estatais que mantiveram a sua hegemonia e as suas fronteiras territoriais, reforçando mesmo as suas estruturas políticas e económicas durante um longo processo, que viria do sistema de trocas comerciais e,

consequentemente, culturais com os europeus”. Destaquem-se, entre esses Estados africanos, o chamado Reino do Congo, cuja fundação se supõe datar de entre o século XIII e o século XV d. C., o Reino do Ndongo, tornado independente do Reino do Congo no século XVI (c. 1510) mas provavelmente fundado no século XIII, o Reino de Kassanje, fundado pelos imbangalas no século XII (c. 1624) e o império Lunda, cuja data da fundação, embora hoje imprecisa, parece ser, segundo fontes orais e arqueológicas, assaz anterior às dos atrás mencionados”.

No que diz respeito à origem do nome “Angola”, há vários pontos de vista. Mudiambo (2014:36), por exemplo, sustenta que o país deve esse nome ao rei da dinastia *Ngola* que governava o reino do *Ndongo*, submetido ao reino do Congo, tendo, posteriormente, sido adaptado fonologicamente, resultando o nome “Angola”. Segundo Pinto (2013:163):

“as referências escritas mais remotas ao termo *Angola* – “*el rey d'Angola*”, “*regno d'Amgola*” e “*ryo d'Amgola*” (ou “*rio de Angola*”) – constam do regimento passado em Évora em 16 de Fevereiro de 1520 pelo rei D. Manuel I de Portugal ao escudeiro da Casa Real Manuel Pacheco e ao seu criado Baltazar de Castro, encarregados de descobrirem o dito “*Reino de Angola*” e parte da costa atlântica ao sul da ilha das cabras – ou ilha de Luanda – até ao rio de Angola – o Cuanza – numa expedição cujos objetivos principais eram a tentativa de cristianização do “rei de Angola” com vista a que Portugal estabelecesse com este Estado africano relações diplomáticas similares às que mantinha com o Kongo dia Ntola – o “Reino do Congo” – desde 1491 e que permitiriam a obtenção de mercadorias lucrativas tais como marfim, escravos e metais preciosos [...] a expressão “Reino de Angola” vai designar, não apenas o Reino do Ndongo, dos soberanos Ngola, mas sobretudo o território correspondente a esse Estado [...]”

A implantação do português em Angola integra-se num movimento de descobrimentos e conquistas portuguesas. Com as viagens dos descobrimentos e para além de interesses comerciais, os portugueses tiveram outros dois importantes objetivos: a cristianização e a propagação da língua portuguesa no território que hoje se chama “Angola”.

Banza (2014:29) afirma que:

“o ciclo da expansão do português que se inicia com os Descobrimentos, a partir do séc. XV, [e] coincide com o momento em que a língua portuguesa, como resultado desse movimento, é transportada para fora da Península Ibérica, para outros continentes, dando início ao processo de expansão que faria do português uma língua pluricêntrica, uma das mais faladas e influentes do mundo, com implantação significativa, ainda atualmente, em três continentes”.

Assim, em virtude, por um lado, do distanciamento geográfico e do contacto com outras línguas africanas, mormente da família *bantu*, a língua portuguesa em África, principalmente em

Angola e Moçambique adquiriu naturalmente características próprias. Porém, o contacto do português com as línguas *bantu*, em Angola, até mais ou menos ao século XIX, limitou-se às regiões costeiras e às grandes cidades, como é o caso de Luanda e de Benguela. A força desse contacto só se intensificou (a) depois da Conferência de Berlim, em 1885, quando se deu o início da colonização do interior do continente africano; (b) devido ao conflito armado surgido logo depois da proclamação da independência nacional.

Em todo o caso, desde a sua implantação, “a existência da língua portuguesa em Angola ocorre numa sociedade caracterizada por uma forte estratificação linguística. Ela partilha o mesmo espaço sociológico com outros idiomas geneticamente distintos. É esse facto (estratificação linguística) que faz com Angola seja um país plurilingue, tal como a maioria dos países africanos, que possuem uma composição sociolinguística muito complexa e heterogénea” (Neto, 2012:26).

Deste modo, podemos afirmar que o português em Angola apresenta amplitude variacional, devido à diversidade linguística e cultural. E é no seio deste mosaico cultural e linguístico que se vem realizando a língua portuguesa, que, desde a sua introdução no século XV (1482) passando pela proclamação como língua oficial, em 1975, até a atualidade, tem vindo a conhecer um processo de expansão territorial dinâmico.

Banza (2014:31) afirma que:

“No caso dos países africanos, só muito recentemente descolonizados, a permanência da influência centralizadora do português, a nível político e linguístico, tem contido o acelerar da deriva, que agora começa a acentuar-se significativamente, sobretudo em Angola e Moçambique, onde as particulares circunstâncias de contacto linguístico produziram variedades próprias, resultado, por um lado, da natural interferência das estruturas *bantu* no português, por outro da ausência, desde o período colonial, de um esforço adequado de escolarização em português, que, de facto, nunca existiu, facilitando, assim, o cruzamento de padrões entre o português e as línguas nativas”.

Fala-se, neste sentido, de coabitação linguística no mesmo espaço geográfico, isto é, várias e distintas línguas de origem *bantu*, e não só, coabitam, neste caso, com o português. Ora, essa diversidade linguística contribui para a variação linguística, particularmente para a emergência de uma variedade do português diferente da do português de Portugal. Amélia Mingas (1998:115) defende esta variedade como

“uma nova realidade linguística em Angola, a que chamamos *português de Angola* ou *angolano*, à semelhança do que aconteceu ao brasileiro ou ao crioulo. Embora em estado embrionário, o *angolano* apresenta já especificidades próprias [...] pensamos que, no nosso país, o *português de Angola* sobrepor-se-á ao “português padrão como língua segunda dos angolanos.”

As diferenças que se registam no Português Angolano (PA) em relação ao Português Europeu (PE) devem, pois, ser vistas como resultado natural do contexto em que esta variedade de língua está a emergir, o qual inclui, quer dificuldades inerentes ao processo da sua aquisição como língua segunda (L2), quer necessidades decorrentes do uso por uma comunidade culturalmente distinta.

1.2. Caracterização etnolinguística

De acordo com a proposta de W. Bleek, em 1826, *Bantu* refere-se a uma família de línguas africanas – que se estende a partir do sul dos Camarões até a África do Sul e do Atlântico ao Índico – que usavam a raiz ou o radical *ntu* para designar pessoa (Mudiambo, 2014:37). A expressão *bantu* em português significa pessoas, ou seja, *ba* é o prefixo que indica o plural, correspondendo ao morfema português -s; o prefixo *mu* indica o singular e o radical ou raiz *ntu* designa pessoa.

As línguas *não-bantu* são: *Khoisan* e *Vátwa*. É de referir que cada um destes grupos possui variantes. As línguas *não-bantu* são originárias de África e têm características diferentes das línguas *bantu*. Segundo Fernandes e Ntongo (2002:25), “as línguas *khoisan* compreendem as dos *hotontes (khoi)* e as dos *vakankala (san)*. Elas (línguas) constituem uma unidade, embora apresentem alguns traços particulares que caracterizam cada grupo etnolinguístico”. Em relação à língua *vátwa*, o autor afirma que esta língua “define-se como *khoisan* (idem: p. 27)” embora haja uma mistura de elementos das línguas *bantu*.

Atualmente, as chamadas línguas endógenas de Angola encontram-se distribuídas de acordo com o mapa dos grupos etnolinguísticos, como apresentado abaixo:

Grupos Etnolinguísticos de Angola



Quanto à caracterização etnolinguística e cultural, o povo de Angola integra, na sua maioria, os seguintes grupos, de acordo com Mudiambo (2014:38):

- Bakongo – língua kikongo;
- Ambundu – língua Kimbundu;
- Ovimbundu – língua umbundo;
- Lunda-Cokwe – língua cokwe;
- Ngangela (Nyaneka-Humbe) – língua lunyaneka e lukhumbi;
- Ovambo – língua kwanyama;
- Helelo ou Herero – língua Tjihelelo.

Dentre as restantes línguas faladas no país, isto é, o *kimbundu*, o *umbundu*, o *kikongo*, o *ngangela*, o *cokwe*, *helelo*, *oxindonga*, *oxiwambo*, *nhaneka*, *koisan* e *vatwa*, o português é a

única cujo conhecimento e uso se relacionam com os bens sociais e económicos mais valorizados.

As línguas *bantu* e *não-bantu*, consideradas nacionais, não gozam de nenhum estatuto definido, servindo somente de línguas de comunicação a micro-nível, ou seja, entre os membros de um mesmo grupo etnolinguístico ou de uma mesma comunidade linguística (Fernandes e Ntongo 2012; Neto 2012). António Agostinho, então presidente da República Popular de Angola, defendeu que:

“Tanto no ensino de base como no médio, devia ensinar-se as línguas endógenas, reconhecendo, naturalmente, que todo o desenvolvimento do problema linguístico dependeria também da extinção das barreiras regionais, da consolidação da unidade nacional, da extinção dos complexos e taras herdadas do colonialismo e do desenvolvimento económico” (1980:35).

Todavia, apesar de vários esforços do Instituto de Línguas Nacionais de Angola e do Governo tanto na preservação, promoção, quanto na implementação das línguas autóctones no sistema de ensino, pensamos que, até a presente data, não há, ainda, documentos significativos – nomeadamente gramáticas, dicionários, manuais didáticos – que facilitem o seu uso, estudo e implementação.

As línguas *bantu*, de uma forma geral, apresentam características próprias, das quais destacamos as mais relevantes as seguintes:

- a. Os nomes são caracterizados por prefixos que indicam o singular e o plural (lume [homem] – classe 1; alume [homens] – classe 2);
- b. Os nomes são classificados em função dos seus prefixos do singular e do plural: U – classe 1; A – classe 2);
- c. A maior parte das línguas *bantu* é tonal (umbundu: kalõnga [perigo]; kalongui [saudação]);
- d. A passagem de uma classe a outra faz-se através de dois processos: substituição de prefixos (ukãï [mulher] – akãï [mulheres] e adição de prefixos (ondjo [casa] – classe 9; olondjo [casas] – classe 10);
- e. Não existem artigos.

Tendo em conta os vários séculos de convivência linguística, entre o Português e as

línguas nacionais, hoje, o português, em Angola, apresenta características próprias, devidas em grande parte a interferências das línguas nacionais que tem vindo a aumentar nas camadas mais jovens.

1.3. Língua e cultura ovimbundu

A cultura de um povo são os modos de agir, sentir e pensar desse povo. Muitas vezes, quando abordamos questões que têm que ver com a língua, desembocamos em aspetos culturais e, por esse motivo, as relações entre língua e cultura tem sido de extrema importância para diversas áreas de estudo como a filosofia, a linguística, a antropologia e a sociologia. Daí que seja habitual afirmar que a língua é um fator de identidade cultural, ainda que esta afirmação seja contestada por alguns estudiosos.

No entanto, como diz Mateus (2014:15) “foi já nas primeiras décadas do século XX que linguistas e antropólogos norte-americanos, confrontados com a análise de línguas pouco ou nada conhecidas, nomeadamente as línguas ameríndias, defenderam uma perspectiva das relações língua-cultura [...] que denominamos hoje relativismo linguístico.” De entre esses linguistas cabe mencionar Benjamin Lee Whorf e Edward Sapir.

A expressão *cultura*, etimologicamente, está relacionada com o ato ou efeito de cultivar a terra (do latim *cultura* e *colere*), definição que foi, progressivamente, adquirindo outras nuances não só de ordem material como também subjetiva ou intelectual, como, por exemplo, *desenvolvimento intelectual, saber, estudo, instrução, preparo, elegância, etc.*, se olharmos sob o prisma diacrónico.

Assim, *cultura* “é a mesma coisa que *fazer o homem*, processo que envolve três dimensões: a dimensão ontológica (referente ao ser); a dimensão estética (proponente do belo); a dimensão ética (capaz de distinguir o bem do mal). A cultura abrange a totalidade da vida de um povo, reunindo-o na base da mesma consciência coletiva. Nesta perspectiva, a comunicação (língua) é aliada da cultura, remetendo a primeira para o domínio do *saber ser*, enquanto a cultura se manifesta no domínio dos valores hierarquizados e do *dever ser*” (Neves, 2012:75-76).

Por isso, como forma de valorização da diversidade cultural, a UNESCO – órgão das Nações Unidas – na conferência geral de 2002, no artigo 1 – relacionada à Diversidade Cultural – sustenta que:

“A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade manifesta-se na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o género humano, tão necessária quanto a diversidade biológica para a natureza. Neste sentido, constitui o património comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras.”

O grupo *ovimbundu* que, como já dissemos, abrange as províncias do Huambo, Bié, Benguela, influenciando ainda outras províncias vizinhas, como é o caso das províncias do Namibe, parte Noroeste do Kuando Kubango e uma parte Norte da Huíla. De acordo com Fernandes e Ntongo (2002:54):

“O grupo ovimbundu estende-se por um vasto território a meio da metade Oeste de Angola, subindo da beira-mar para as terras altas. Formam o grupo etnolinguístico ovimbundu os Vyeno, Mbalundu, Sele, Sumbi, Mbwi, Kicisanje, Lundu, Ndombe, Mwanya, Nganda, Wambu, Sambu, Kakonda, Cikuma e é o maior grupo etnolinguístico angolano (acima de 1.500.000 pessoas) e comunica-se na língua umbundu. O grupo dedica maior importância ao cultivo de cereais. Ao trabalhar a terra, enquanto usava o arado, os seus vizinhos usavam a enxada.”

O termo *ovimbundu* deriva da evolução semântica do termo *muntu* que, em diversas línguas africanas, assume o significado de pessoa. De entre os aspetos culturais do povo ovimbundu, segundo muitos estudiosos das línguas e culturas deste povo, salienta-se o papel do soba (autoridade tradicional) na decisão e resolução de problemas da comunidade. Normalmente as decisões são tomadas em conselho, de acordo com a experiência e a sabedoria dos velhos do grupo. A sabedoria, neste contexto assume um significado particular que tem a ver com a auscultação e a sensibilidade de negação de tudo que é injusto. Por isso, os sobas representam a força dos antepassados, formando, deste modo, uma dinastia.

Um outro aspeto está ligado à música e à dança. De acordo com Costa (2015:13), “para os ovimbundu, o dançarino passa a ser visto como uma figura pública que domina a arte da dança, conquistando assim um espaço de referência na sociedade em que está inserido.” Os dançarinos, de ambos os sexos, executam movimentos que lhes são característicos, nas festas tradicionais, como por exemplo, na entronização de um rei, na apresentação de um(a) recém-nascido(a), na iniciação da puberdade, na morte do rei, do soba grande, etc.

Relativamente à língua umbundu, existem vários símbolos de escrita primitiva que se têm encontrado em cavernas rupestres, destacando-se as mais conhecidas que são as de Kaniñili, na

confluência entre Bailundo e Mungo, na região de Huambo, datando de há milhares de anos a.C. (Costa, (2015:13).

Atualmente, na escrita da língua umbundu, utilizam-se os símbolos latinos (neste caso do português), sendo necessário recorrer à fonologia das línguas *bantu* para a sua leitura. O umbundu faz uso das seguintes letras do alfabeto: /A/, /B/, /C/, /D/, /E/, /F/, /G/, /H/, /I/, /J/, /K/, /L/, /M/, /N/, /O/, /P/, /S/, /T/, /U/, /V/, /Y/, /W/. As vogais são cinco (a, e, i, o, u), tal com em português.

Na pronúncia, as vogais *a*, *e*, *o* são mediantemente abertas nunca fechadas, sendo o *y* e o *w* as semivogais. As consoantes são todas as usadas no português com exceção dos consoantes *r*, *x*, *z* (Guenneq e Valente, 1969). A consoante *m* forma grupo apenas com o *b*, derivando *mb* (Balombo > *Mbalombo*). As consoantes *d*, *g*, *j* são sempre precedidas de *n*. Há, também, que considerar a variante de *g* em *ğ*, desdobrando-se em quatro grupos: *nd* (*unanda* “conhecimento”), *ng* (*Nganda* “Ganda”), *nğ* (*onğangă* “criança”). Quanto à consoante *j*, a sua pronúncia corresponde a *ndj* [dʒ]. No entanto, talvez por influência do português, ouve-se já a pronúncia *nj* [ʒ] (*onjala* “fome”, *onjila* “caminho”). Quanto à letra /c/, a sua pronúncia é sempre [tʃ], como por exemplo: *ocipala*, *ocipito*. O *s*, em umbundu, não sofre alteração quer no início ou no meio da palavra, isto é, tem sempre a pronúncia [S]: *Nasapalo* (*mãe do Sapalo*), *sekulu* (*o mais velho, o idoso*).⁴

1.4. O português como língua oficial

A adoção da língua portuguesa como língua oficial foi um processo comum na grande maioria dos países africanos. Em Angola, as razões de adoção do português como língua oficial foram várias. Segundo Lucombo (1997:278):

“a principal foi a implantação, pelo regime colonial português, de uma política assimiladora que visava a assimilação, pelos angolanos, de hábitos e valores portugueses, entre os quais a língua portuguesa. Por outro lado, há que ter em conta também a presença de um elevado número de colonos portugueses que, espalhados por todo território, bem como dos milhares de portugueses que, durante o longo período da guerra colonial, se fixaram no interior do país”.

Banza (2014:32) acrescenta a essa informação, quando afirma:

⁴ Estes exemplos são de Costa (2015:28)

“Quando, em 1975, Angola se tornou independente, após um longo período de colonialismo e um ainda mais longo período de contacto entre o português e as línguas aí faladas, no momento de escolher a língua oficial da nova nação, a opção recaiu sobre o português, o que representou uma continuidade, ao invés de uma rutura, que podia ter sucedido se a escolha tivesse recaído sobre uma das línguas autóctones. Tal opção, no entanto, quando encarada numa perspetiva estritamente lógica e pragmática, não teria qualquer viabilidade, uma vez que a diversidade étnica associada à diversidade linguística dificilmente permitiria escolher uma língua em detrimento da outra. Já o português, sendo maioritariamente língua segunda de todos, surgia como uma opção neutra, além de ser a única que permitiria à nação angolana a projeção e relacionamento internacionais essenciais ao desenvolvimento de uma nação jovem.”

A construção da estrutura administrativa de Angola reforçou a presença do português, usado, principalmente, pela escola e pelos *media*, conforme o decreto seguinte:

“Artigo 19º

(Línguas)

1. A língua oficial da República de Angola é o português.
2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional” (Constituição da República de Angola, 2010).

O Estado angolano, na sua Constituição, declara que, além da língua oficial, valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas nacionais (ou nativas). Mas, na prática, tal não se constata, sendo a língua portuguesa sobrevalorizada.

1.5. O português como língua materna e língua segunda

A língua materna (LM) é a primeira língua adquirida por uma criança. É, na verdade, a língua com a qual o falante entra em contacto desde o seu nascimento e que vai desenvolvendo, tendo em conta o ambiente natural durante o seu crescimento. Ngalasso (1987: 87) afirma que “existe apenas uma língua materna, a primeira adquirida, de forma natural, espontânea, inconsciente e por via de um banho linguístico. Para este autor, “o termo língua materna deve ser analisado numa perspetiva psicolinguística, pois, mesmo que na infância a criança venha a ser exposta a várias línguas, há sempre aquela que o seu mecanismo de aquisição da linguagem ativa em primeira instância. É esta que deve ser chamada de língua primeira. As outras serão sempre tratadas por línguas segundas”.

Para Duarte (2000:15) falar de língua materna equivale a tratar de uma “língua natural de uma comunidade linguística quando é ela que as crianças nascidas nessa comunidade aprendem, desenvolvendo-a espontaneamente como resultado do processo de aquisição da linguagem. Chama-se, assim, língua natural em oposição às línguas artificiais, como sistemas lógicos e matemáticos”. As línguas naturais são manifestações concretas da linguagem. A língua materna, segundo Sim-Sim *et al.* (1997:18) “é geralmente interpretada como língua de um dos progenitores do falante, com realce para a mãe. A língua adquirida natural e espontaneamente em ambiente familiar, a primeira língua com a qual a criança entra em contacto, a língua natural da comunidade em que passa os primeiros anos de vida”.

Em geral, o idioma materno é aprendido através da família, em casa. A habilidade na língua materna é imprescindível para a aprendizagem posterior, uma vez que constitui a base do pensamento. Por outro lado, uma destreza incompleta na língua materna dificulta a aprendizagem de segundas línguas.

Por outro lado, a definição de língua segunda (LS) é suscetível de várias interpretações, de acordo com o contexto e/ou espaço social onde essa mesma língua é usada e do seu estatuto político. O termo língua segunda tem sido mais usado em Linguística Aplicada para referir a aprendizagem de qualquer língua depois da primeira, independentemente do estatuto dessa língua em relação a quem a aprende ou ao país em que essa língua está a ser aprendida.

Nesta perspetiva, Marques (1985:7) sustenta que “o português é, para os angolanos, simultaneamente uma língua materna, segunda e estrangeira”. Entretanto, estas afirmações de Marques foram proferidas no contexto pós-descolonização, isto é, numa época muito próxima da independência de Angola. Entretanto, com a guerra civil, muitas coisas mudaram de lá para cá.

Olhando para o contexto angolano atual, percebemos que o português já não pode ser caracterizado como língua estrangeira (LE), uma vez que é utilizado pela maior parte da população angolana, principalmente a camada jovem. Faz, sim, sentido afirmar que o português é língua materna para uns e língua segunda para outros, pois, se partirmos da definição de língua estrangeira como a que é aprendida em espaços fisicamente distantes daquele em que é falado e com recurso, sobretudo, ao ensino formal – como acontece, por exemplo, com o ensino da língua inglesa – tal definição não pode hoje aplicar-se ao português em Angola e cada vez menos o

português é língua segunda, tendo-se tornado, desde a guerra civil, a língua materna para um número cada vez maior de angolanos, sobretudo jovens.

A guerra civil nas décadas subsequente à independência do país, levou à deslocação de milhares de angolanos das zonas rurais para as grandes cidades, principalmente Luanda. A partir desse momento, o português teve um papel plurifuncional entre os membros da sociedade angolana, uma vez que, oriundos de lugares ou regiões diferentes, seria muito difícil comunicarem através das diversas línguas nativas.

Sobre este assunto Coelho (2016:82) explica que:

“A vinda para a cidade de refugiados rurais durante a Guerra Civil, que durou de 1975 até 2002, que não tinham “nada em comum” uns com os outros, nem com as pessoas que viviam na cidade a não ser os mesmos e imensos problemas sociais e económicos, os mesmos medos e as mesmas dificuldades, acabou por impor a prática de um português, mesmo que rudimentar, como forma de sobrevivência comunicativa. A rua transformou-se, assim, no verdadeiro centro de aprendizagem da LP, num laboratório de criatividade. É a esta hibridação que os locutores vão buscar a força para satisfazer as suas reivindicações socioculturais, as suas reações à exclusão, a sua solidariedade e a sua coerência de grupo, portanto heterogéneo. A língua é alterada pelos falantes de forma a servir contextos locais e registos locais”.

Deste modo, o português tornou-se, assim, um meio primário de comunicação nos domínios públicos, não somente em cenários institucionais, mas também em alguns domínios chamados baixos, nomeadamente as interações quotidianas urbanas em espaços públicos, tais como restaurantes, ruas, mercados, etc.

O português, em Angola, tem, assim, além do estatuto de língua oficial – porquanto exerce um papel plurifuncional nos domínios sociopolítico, económico e cultural – o de língua materna e o de língua segunda, bem como o de língua veicular, porquanto permite a comunicação entre os vários grupos etnolinguísticos. Na prática, sendo a única língua de escolaridade e da administração, língua segunda e veicular, para muitos e língua materna para um número cada vez maior de angolanos, o português é, sem dúvida, a língua principal de Angola.

No entanto, sendo a norma ideal a do Português Europeu e tendo em conta que o contexto angolano é bastante diferente do de Portugal, poucos têm sido, em Angola, os falantes que atingem o domínio da norma. Por outro lado, o ensino não é suficientemente forte para contrariar

a deriva natural da língua. Sendo assim, o português real, em Angola, é bastante distante da norma ideal, com tendência para o agravamento desta situação.

A variedade europeia é favorecida pelo sistema educacional, por ser esta a variedade que se pretende atingir e pelo facto de a variedade angolana ainda não estar normalizada. No entanto, nas últimas três décadas, tem-se notado que muitos professores e alunos pouco se identificam com a variedade europeia. Segundo Banza (2010:35):

“A situação atual, em que a variedade oficial continua a ser identificada com o português europeu, afigura-se progressivamente mais artificial e insustentável, na medida em que o uso das classes cultas, que configura a norma culta, parece afastar-se cada vez mais da norma padrão ideal, identificada com o português europeu, situação que, naturalmente, aumenta as dificuldades de ensino, uma vez que o português que os jovens falam, agora quase sempre como língua materna, é, cada vez mais, diferente do padrão, que surge, assim, como algo artificial, afastado do uso real, tanto mais quanto menos escolarizados são os indivíduos.”

Podemos, assim, dizer que uma variedade angolana do português está a emergir num contexto plurilingue, onde a maior parte das línguas maternas pertence à família bantu e, como consequência, há probabilidades de consolidação de uma norma angolana do português, diferente da do Português Europeu e da do Português Brasileiro. No entanto, esta reflexão sobre a consolidação do Português Angolano será tanto mais produtiva e profunda quanto mais ela se basear em pesquisa teoricamente consistente e desenvolvida segundo metodologias científicas adequadas ao objeto de estudo.

Em Angola, línguas e culturas de origem africana e europeia interinfluenciam-se umas às outras. Conforme refere Perpétua Gonçalves (2013:161), “[...] como consequência de este processo ocorrer em situação de contacto linguístico com as línguas bantas, as línguas maternas da maior parte da população, muitas das inovações relativamente à norma europeia resultam da interferência, direta ou indireta, das gramáticas destas línguas”.

Por essa razão, é necessário que se envide esforço de forma a difundir o português (como as demais línguas nativas), já que este exerce um papel fundamental, não só de comunicação, como de unidade nacional, num país multilingue como Angola. Mateus (2014:37) esboça quatro objetivos, como condições para adquirir um domínio expedito do português, imprescindíveis para interagir com outras culturas e obter sucesso escolar e social e reconhecimento como elementos da grande comunidade dos falantes de português, que são:

- Criar e manter condições para que os alunos que frequentam o sistema escolar dos países em que o português é língua segunda adquiram competências em todos os contextos de uso (ainda que se suponha, naturalmente, que no contexto familiar utilizem a respetiva língua materna);
- Levar a efeito a formação de profissionais para o ensino do português como língua de escolarização;
- Garantir que os alunos têm o acesso a informação em língua portuguesa nos mais variados domínios, reforçando junto dos estudantes a convicção de que o português tem valor para usos científicos e técnicos;
- Desenvolver o estudo das línguas nacionais dos países onde o português é língua oficial.

2. Um estudo antroponímico

“[...] visto o nome não ser inerente à natureza, mas do costume e do hábito daqueles que, ordinariamente, impõem os nomes.”

Platão, *Crátilo*

2.1. Léxico

O ser humano conceitua o meio que o rodeia, estruturando o mundo em signos linguísticos através do conhecimento armazenado na memória, ou seja, a partir de experiências e de vivências adquiridas ao longo da sua existência, vai associando palavras a conceitos, constituindo, dessa forma, o léxico da sua língua.

De acordo com Lino (1979:13-14), “O léxico de uma língua é constituído por unidades lexicais, cujo valor último resulta dos semas contextuais impostos pelo conjunto em que se insere”. O léxico, pode, assim, ser entendido como o conjunto de palavras de uma dada língua, o seu vocabulário. O léxico lida não apenas com palavras simples, mas também com palavras complexas, as unidades significativas da língua. Mateus e Villalva (2007:61) afirmam que:

“O léxico das línguas é uma entidade abstrata: ilimitada no tempo, dado que integra todas as palavras, de todas as sincronias, da formação da língua à contemporaneidade; ilimitada no espaço, dado que compreende todas as palavras de todos os dialetos; e irrestrita na adequação ao real, dado que inclui as palavras de todos os registos de língua [...] o léxico integra também unidades menores do que as

palavras e que servem para formar novas palavras [...] Por outro lado, é no léxico que cabe o registro de expressões sintáticas cuja interpretação requer uma aprendizagem específica [...].

O léxico de uma língua é organizável a partir de leis estruturais, pois o léxico não é um simples aglomerado de vocábulos isolados, mas um sistema formado de unidades significativas. Segundo Vilela (1994:9), “O léxico é como que um “dicionário ideal” dessa mesma língua, pois estuda as unidades lexicais, em todos os seus aspetos, podendo incluir a etimologia, a formação de palavras, a morfologia, a fonologia, a sintaxe, e a semântica”.

E também Raposo (1992:89) considera que:

“o léxico é a componente do modelo gramatical onde se encontram as informações de natureza fonológica, sintática e semântica sobre os itens lexicais individuais. Podemos dizer que o léxico é o dicionário da gramática: as regras desta manipulam os itens lexicais, fazendo um uso crucial da informação aí contida. O léxico é assim uma parte central de qualquer teoria gramatical. O léxico é o repositório das propriedades dos itens lexicais que não podem ser derivadas a partir das regras da gramática, tanto as propriedades de natureza geral que servem para integrar os itens em classe (a sua categoria gramatical, a sua classe semântica em termos de características como [animado], [concreto], etc.), como aquelas, mais idiossincráticas, que caracterizam apenas um item ou um pequeno item da língua.”

Tal como os seres humanos, as palavras, com o passar do tempo, podem deixar de existir ou sofrer transformações ao nível do significado, a fim de satisfazer as necessidades de comunicação entre as gerações. Vilela (1979:187) afirma que:

“[...] nem o léxico geral, nem o de cada indivíduo se mostra como algo de fixo, na dependência constante das circunstâncias e das condições pessoais e sociais. Num e noutro caso, o vocabulário vai-se formando e constituindo pela morte de certas palavras (arcaísmos) e pela introdução doutras (neologismos). A vida evolui constantemente e com ela o Léxico. Só que as palavras, nas suas mutações, não se assemelham totalmente aos homens, dado que nunca se conhece a sua duração e dependem sempre do espírito do homem. Elas são, afinal, a imagem do homem e como tal, essa imagem refletida no espelho, não é viva. Fatores variados motivam o uso maior ou menor das palavras”.

Como já dissemos, a nível linguístico, o léxico é a componente que sofre mais mudança e alteração ao longo do tempo. Essa mudança traduz-se basicamente a dois níveis: por um lado, por razões extralinguísticas, algumas unidades caem em desuso, tornando-se “arcaísmos” – que são palavras que, existindo ainda no léxico da língua, deixam de ser usadas por desaparecerem os objetos ou conceitos que representam ou por serem substituídas por outras – e, por outro, novas

unidades lexicais vão entrando no léxico, os neologismos – que são palavras novas que surgem em determinada língua, podendo vir a ser, ou não, lexicalizadas, isto é, registadas no dicionário.

Segundo Vilela (1995:16) “O léxico de uma língua, sem ser uma manta de retalhos, não é um todo homogêneo, constitui o que costumamos designar por diassistema: as palavras de todos os dias convivem com as palavras dos especialistas, as palavras da língua falada vivem lado a lado com as palavras da língua escrita, as palavras “velhas”, ainda de uso corrente, coabitam com arcaísmos e neologismos.”

Os arcaísmos referem-se às palavras ou às expressões que deixaram de ser usadas por uma comunidade linguística, tendo sido, em alguns casos, substituídas por outras. São consideradas, pelos falantes, como expressões antiquadas, ainda que o seu uso tenha sido comum numa determinada época. No português, podemos encontrar palavras arcaicas a vários níveis: lexical, semântico e até sintático: leixar “deixar”, asinha “depressa”, coita “sofrimento de amor”.

Contrariamente aos arcaísmos, os neologismos (do grego *neo* “novo” e *logos* “palavra, tratado, estudo”) são palavras criadas ou adaptadas para designar novas realidades, satisfazendo assim a necessidade de comunicação, uma vez que a língua, em suas múltiplas funções, é encarada como um sistema de comunicação, ela é, também, o meio pelo qual representamos o mundo.

A variação linguística oferece elementos importantes para a deteção e análise de neologismos e de arcaísmos. Por exemplo, um vocábulo pode ser criado comumente numa região. Fenómeno semelhante ocorre a nível da variação social. Uma mesma expressão poderá também ter significado diferente de acordo com o estatuto social dos falantes, assumindo uma função neológica, isto é, sendo percebidos e utilizados como neologismos, gerando um impacto semântico e social da novidade lexical. O Português de Angola oferece abundantes exemplos destes casos:

Português Europeu	Português Angolano ⁵
Agir: v. 1. Tomar providências; 2. Atuar; 3.	Agir: v. Dar pancada; golpear; bater [ex. Se

⁵ Algumas expressões como “agir”, “emagrecer” e “piso”, em Angola, podem ter o mesmo significado tal como estão dicionarizadas. Mas, em alguns contextos, essas expressões adquirem nova roupagem, ou seja, novos significados. Essas expressões são usadas principalmente pelos jovens.

Operar.	voltas a falar, vou-te <i>agir</i> .]
Emagrecer: v. 1. Tornar magro; 2. Enfraquecer, definhar; 3. [figurado] Perder o valor, a riqueza.	Emagrecer: v. Apertar-se no banco (termo utilizado pelos taxistas, já generalizado, para dar lugar a mais um passageiro [ex. Amigo, emagrece.]
Piso: n. 1. Modo de andar, pisar; 2. Terreno ou superfície onde se anda; 3. Revestimento de solo sobre o qual se anda; 4. Andar de um edifício, pavimento.	Piso: s.m. sapato. (ex. Gostei muito deste piso).
Pequeno-almoço: s.m. 1. Primeira refeição da manhã.	Mata-bicho: s.m. Primeira refeição da manhã.
	Zungar: v. Vender de forma ambulante.
	Tchilar: v. Divertir-se; entreter-se.

Numa perspetiva histórica, léxico português tem como base o latim; no entanto, devemos ter em conta também os empréstimos provenientes de outras línguas, tais como o grego, o germânico, o árabe e ainda as línguas nativas de diferentes continentes como a África, a Ásia e a América, na época dos descobrimentos, isto é, o contacto que os portugueses tiveram com povos que habitavam estas terras e que, diga-se de passagem, contribuiu bastante para formação do léxico português. Piel (1989:9) observa que:

“O léxico de uma língua de civilização como a língua portuguesa é um organismo vivo, extremamente complexo na sua composição, pois resulta de um trabalho multissecular de elaboração e de seleção, cujos princípios se situam bastante para além da época em que o português se manifesta como instrumento literário nos primeiros documentos escritos [...] Ao caudal vocabular do primitivo património afluíu, em ondas sucessivas, uma infinidade de elementos estrangeiros, europeus e extraeuropeus, entrando em linha de conta praticamente todas as línguas com que os portugueses, no decorrer da sua história, estiveram, direta ou indiretamente, em contacto.”

Deste modo, além de latinismos e helenismos (as palavras de origem gregas já faziam

parte do léxico do latim quando chegaram à Península Ibérica, como por exemplo, gr. *diabolos* > lat. *diabolu* > port. *diabo*; *ekklesia* > lat. *ecclesia* > port. *igreja*; gr. *katholikós* > lat. *catolicus* > port. *católico*), o português foi ainda buscar termos às línguas germânicas (por exemplo, do visigodo vieram *aleive*, *bando*, *espeto*, *espora*, *espia*, *escanção*, *luva*, *roca*, *ufano*, *arrear*, etc.), ao árabe (*alcaide*, *alferes*, *almoxarife*, *arroz*, *cenoura*, *açúcar*, *laranja*, *arrátel*, *arroba*, *alfaiate*, *alfinete*, *álgebra*, *auge*, etc.), às regiões conquistadas no período dos Descobrimentos (são oriundos das línguas africanas, por exemplo, *macaco*, *batuque*, *sanzala*, *cachimbo*; das línguas asiáticas *bengala*, *manga*, *chá*, *canja*, *xaile*, *leque*; de origem sul-americana *ananás*, *amendoim*, *tapioca*, *cacau*).

Depois, resultado de contactos dinásticos, culturais e literários, a partir do século XII até à época moderna, apareceram vocábulos oriundos do francês, os galicismos, (*granja*, *monge*, *restaurante*, *guerrilha*, *arauto*, *duque*, etc.), italianismos (*casino*, *soneto*, *brigada*, *infantaria*), espanholismos (*cavalheiro*, *liberal*, *bandarilha*, *boina*) e, ainda, elementos exóticos, a partir do século XVI, que se infiltraram no léxico português, seja por via oral ou literária, em função da convivência com povos indígenas da África (*batuque*, *soba*), da Ásia (*chá*, *chávena*) e da América (*mandioca*, *tapioca*).

Registam-se, atualmente, inúmeros anglicismos no português devido ao espaço que o inglês vem tendo em quase todos os domínios da vida e do saber humanos, tais como *hambúrguer*, *lanche*, *robô*, *bar*, *futebol* (adaptados às regras ortográficas do português) e outros termos ainda não adaptados, como *software*, *ranking*, *take away*, etc. Neste aspeto, a importação de anglicismos, como, a título de exemplo, no âmbito da informática, é uma prova de que a língua portuguesa está perfeitamente adotada às necessidades da comunidade que a fala. Seria francamente errado e inútil insurgir-nos contra *download*, *chats*, *hackers* e outras designações próprias da Netpeak, a variedade de língua da internet (Santos, 2011:23).

O léxico representa, assim, o universo interligado com a cultura de cada povo, pois, para além da própria língua, também a cultura influencia a forma de apreender um conceito. Deste modo, tendo em conta que a língua é uma forma de expressão cultural e que o contacto entre línguas contribui para o aumento e enriquecimento do acervo lexical, o português em Angola, partilhando embora o acervo histórico do português europeu, é constantemente enriquecido e até, em alguns casos, modificado, fruto de contactos linguísticos específicos deste território. Um

exemplo desta dinâmica é a existência de palavras que foram aportuguesadas e que, em muitos casos, já não são sentidas como importadas para o português devido ao seu tempo de uso, tais como *camba* (amigo), *cota* (referindo-se a uma pessoa adulta), oriundas do Kimbundu respetivamente *dikamba*, *dikota*.

Mingas (2002:59) afirma que “o sistema lexical é, sem sombra de dúvidas, o mais rico em fenómenos de interferência, se se tiver em conta que constitui a parte menos rígida de uma língua. Os seus elementos são, por conseguinte, os mais vulneráveis a esse fenómeno, visto que ele não é um todo homogéneo.” No caso de Angola, as situações de bilinguismo ou multilinguismo, resultam fundamentalmente do contacto entre as línguas *bantu* e o português que afeta os planos fonológico, morfológico e sintático, como (e principalmente) no plano do léxico.

Gonçalves (2010:45), referindo-se ao Português de Moçambique, – que apresenta várias semelhanças com o de Angola – diz que “[...] estes [empréstimos] surgem em geral nos casos em que o léxico do Português Europeu não proporciona meios para a referência a realidades locais específicas, relativas às culturas (práticas religiosas, culinária, etc.), à fauna, à flora, e ainda à atividades socioeconómicas.”

Assim, cada falante, ao fazer uso da sua língua, reflete o contexto social e cultural e é nele que o léxico se vai renovando e inovando com o tempo, sendo assim que a influência das línguas nacionais no Português de Angola, e vice-versa, se faz sentir também na antroponímia e na toponímia.

2.2. Os antropónimos

A história de Angola, como a dos demais países de expressão portuguesa, está intrinsecamente ligada à história de Portugal, por laços históricos, culturais e linguísticos. O português não só uniu vários povos, como contribuiu, na verdade, para a formação dos países que foram colónias de Portugal. Muitas vezes, a ideologia europeia herdada pelas novas nações encontra-se tão enraizada que é quase impossível discernir o que é realmente nacional do que é herança colonial.

Atualmente, em Angola, parece que as pessoas dão pouca relevância aos nomes e seus significados, como acontece também na Europa, mas ao contrário do que acontece nas culturas africanas tradicionais. Efetivamente, os nomes não têm sido considerados como um fator que identifica um indivíduo diferenciando-o dos demais membros da mesma comunidade. Yambo

(2003:27) observa que “Dar um nome a alguém é definir a sua personalidade. Cada nome [...] é um testemunho, é um documento, é uma memória para a história da comunidade [...] cada nome é um ensaio que procura penetrar, desvendar esse mistério [de uma pessoa em relação aos demais nomes]”. Assim é, de facto, na tradição africana, mas não na tradição portuguesa e europeia.

No entanto, mesmo na Europa, alguns nomes adotados ainda hoje são extremamente antigos, comportam assinalável carga simbólica, de que nem sempre os seus utilizadores estão conscientes. Por exemplo, o nome *Pedro* (gr. *Petra* “pedra”), é um trocadilho utilizado por Jesus, aquando da confissão de seu discípulo, Simão, filho de Jonas, a quem o seu Divino Mestre dirigiu as seguintes palavras: “Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha igreja” (Mateus 16:13-20).

De acordo com Moraes (2007), a palavra nome, como a conhecemos, “tem origem em, pelo menos, três idiomas, a saber: hebraico, grego e latim. A palavra hebraica para nome é *shem* e ela deriva da raiz árabe *wsm*, assinalar, marcar a ferro quente, dando assim a ideia de um sinal externo que distingue uma coisa ou pessoa de outra. Por outro lado, a palavra grega para “nome” é *onoma* com o significado de *nomear, especificar, designar*, etc. *Onoma*, por sua vez, deu origem à palavra onomatologia que é um dos ramos da Glotologia – estudo dos nomes próprios.”

Segundo o filólogo português, Leite de Vasconcellos (1928:2), os nomes próprios são estudados pela Glotologia na qual podem ser identificadas três partes que são: 1) a Antroponímia – estuda os nomes individuais, sobrenomes e apelidos; 2) a Toponímia – estuda os nomes geográficos; 3) a Polionímia – estuda os nomes próprios de entidades sobrenaturais, astros, ventos, animais e coisas. A expressão *Antroponímia*, em língua portuguesa, data de 1887 e foi Leite de Vasconcelos que a utilizou pela primeira vez na *Revista Lusitana*. Assim, ele define *Antroponímia* como “[...] o estudo dos nomes individuais, com o dos sobrenomes e apelidos.”

De acordo com Carreira e Quintino (1964:17),

“o termo *Antroponímia* é formado por dois radicais gregos “*antropos*”, que significa “homem” e “*nymia*”, que quer dizer “nome”. Literalmente equivale à expressão “nome de homem”. No sentido lato do termo, *Antroponímia* significa tratado de nomes próprios, sobrenomes e apelidos; e é nesse sentido que é usado na Linguística, enquanto subárea da Onomástica, a par da Toponímia [...] a própria onomatologia, como parte da glotologia, era conhecida sob a designação genérica de onomástica – do grego *onomaso*, que significa chamar. Com o tempo, a palavra evoluiu para um sentido mais amplo, compreendendo a relação explicativa de nomes próprios de pessoas”.

Uma pessoa tem necessidade de afirmar a sua própria individualidade, sendo o nome, nesse caso, uma forma de identificação do indivíduo perante a sociedade. O nome serve não só para designar e identificar o indivíduo, como para mostrar a sua procedência familiar, pois “dar um nome a alguém não só diz respeito ao portador do nome ou aos seus parentes mas também a toda a comunidade [...] (Yambo, 2003:27)”.

O uso dos nomes próprios surgiu inicialmente ligado a diversos aspetos, por exemplo, à fauna, à flora, características físicas da pessoa, o sentimento religioso pela Divindade, etc. Por outro lado, a literatura judaico-cristã é cheia de nomes que normalmente acarretam significados. O primeiro capítulo do primeiro livro da Bíblia Sagrada, o Génesis, começa com a ação de Deus na criação do universo. E é interessante notar que o ato criador de Deus está intrinsecamente ligado à “palavra” ou “verbo”, ao nomear os elementos criados: “E disse Deus: haja luz; e houve, luz... haja... haja... e houve”. Ao criar o ser humano, Deus dotou-o para não só governar a terra e sujeitá-la, como também o capacitou para dar nome às coisas ao seu redor:

“E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem e semelhança; domine ele sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais domésticos, e sobre toda a terra, e sobre todo o réptil que se arrasta sobre a terra [...] Da terra formou, pois, o Senhor Deus todos os animais do campo e todas as aves do céu, e os trouxe ao homem, para ver como lhes chamaria; e tudo o que o homem chamou a todo ser vivente, isso foi o seu nome” (Génesis 1:26; 2:19).

Depois de ter criado a mulher, Deus revelou-a ao homem. Este, ao vê-la, exclamou: “[...] chamar-se-á varoa (mulher), porquanto do varão (homem) foi tomada.” Noutras ocasiões, o nome era sinónimo de grandeza (Géneses 17): “Abrão (antepassado famoso) já não será o teu nome, e sim Abraão (pai de multidão)”; às vezes, o nome exprime a pessoa e a missão que lhe é confiada (Mateus 1:21) “Ela dará à luz um filho, a quem chamarás pelo nome de Jesus (*Javé é salvação* ou o *Senhor salva*), porque ele salvará o seu povo dos seus pecados”; o nome era indício de um novo começo na vida de um homem (Géneses 32:28) “E disse-lhe: Já não te chamarás Jacob (suplantador), e sim Israel (príncipe de Deus), pois como príncipe lutaste com Deus e com os homens e prevaleceste”.

Por último, Deus ao revelar-se ao ser humano, fê-lo dando a conhecer o seu próprio nome, como aconteceu no diálogo que Ele teve com Moisés no deserto: “Disse Moisés a Deus: Eis que, quando eu vier aos filhos de Israel e lhes disser: o Deus de vossos pais me enviou a vós; e eles me perguntarem: Qual é o seu nome? Que lhes direi? Disse Deus a Moisés: *Eu Sou o Que*

Sou. Disse mais: Assim dirás aos filhos de Israel: *Eu Sou* me enviou a vós” (Êxodo 3:13-14). A expressão *Eu Sou*, mais tarde, foi traduzida para outros idiomas como *Jeová*, *Javé*, *Yahwé*, no Antigo Testamento, passando a significar *Senhor* no Novo Testamento.

Portanto, este nome está relacionado ao Deus Criador, onipotente, onisciente, onnipresente, autossuficiente, a causa e o sustentador de todas as coisas, sempre que se faz alusão à crença judaico-cristã, para distingui-lo das demais religiões.

A natureza e fundamento do nome têm sido objeto de reflexão e debate de áreas como a Filosofia, a Literatura e a Linguística, a Sociologia, o Direito. Por exemplo, no *Crátilo*, Platão discute a natureza do nome, através de três personagens que compõem a cena e assumem a palavra no diálogo, inspiradas pelas figuras reais de Sócrates, Hermógenes e Crátilo.

No diálogo com Sócrates, Crátilo, discípulo de Heráclito, afirma a justeza e motivação dos nomes e enquanto Hermógenes defende que os nomes são atribuídos aos seres por convenção (arbitrariedade):

Sócrates: Mas se os nomes primitivos devem ser representações de certas coisas, tens tu qualquer outro meio de efetuar essas representações através de palavras ou o mais parecido possível com os objetos que devem representar? Ou então preferes o meio preconizado por Hermógenes e muitos outros que pretendem que os nomes são convenções e que eles representam os objetos para aqueles que fizeram essas convenções [...] e que, pelo contrário, se chama grande ao que hoje chamamos pequeno e pequeno ao que hoje chamamos grande? Qual dos meios preferes?

Crátilo: [...] é absolutamente preferível representar o que se quer representar por meio de uma imitação parecida do que qualquer outro meio.

Sócrates: Está bem dito. Mas, para que o nome seja parecido com o objeto, não será necessário que as letras com que se formam os nomes primitivos sejam naturalmente parecidos com os objetos? [...] ou seria isso impossível?

Crátilo: Seria impossível.

Sócrates: Então os elementos que devem servir para compor os nomes serão as letras?

Crátilo: Sim. (Platão, 142-143)

Como podemos perceber, o diálogo entre as personagens, Sócrates e Crátilo, incide sobre o problema da convencionalidade do signo linguístico. Visto que os sons são entidades físicas, diferentes dos objetos, daí, então, a arbitrariedade do signo linguístico. Assim, os nomes são convenções que representam os objetos de acordo com as mesmas convenções.

O diálogo sobre a natureza dos nomes prefigura o debate sobre a natureza do signo linguístico, mais tarde discutida por Saussure no *Curso de Linguística Geral*. O signo linguístico é, para Saussure, uma entidade de duas faces – significante (imagem acústica) e significado (conceito mental) – que se condicionam mutuamente. Saussure (1999:123-124), para esclarecer o comportamento humano perante a linguagem, apresenta quatro considerações: a) o carácter arbitrário do signo; b) a quantidade de signos necessária para constituir qualquer língua; c) o carácter complexo do sistema; d) a resistência da inércia coletiva a todas as inovações linguísticas. Assim, a relação sónica é arbitrária, estabelecida pela convenção de usos e costumes, ou seja, não existe qualquer relação entre o nome e a realidade material, podendo, deste modo, esta arbitrariedade estender-se à antroponímia, o que apoia a posição de Hermógenes. Mas será de facto assim?

2.3. Composição dos nomes

As fontes históricas dos nomes próprios portugueses, segundo Vasconcelos (1928:9), “são muitas e de mutas épocas, porque Portugal tira as suas raízes da antiga Lusitânia, e desde sempre tem estado em contacto com variados povos e civilizações, e dos dois lados recebido influxo no que toca ao vocabulário”.

José Leite de Vasconcelos (1928:8-9) faz distinção entre o sobrenome, o apelido e a alcunha desta maneira: o *nome*, dado a uma pessoa, tem quatro aceções:

1. Designação que a pessoa recebe no batismo, no registo, no batismo e registo, em crisma, isto é, *nome próprio*, nome individual, ou *nome de pia*, por exemplo *Henriqueta*;

2. *Nome completo*, ou conjunto de nomes para uma identificação individual, acompanhada de outra ou outras designações que se lhe juntam - por exemplo: *Álvaro de Brito*;

3. Qualquer dos elementos do nome, porque o nome podia também designar um apelido ou um sobrenome. “Qual é o nome do autor das *Folhas caídas*? É Garrett.”

4. *Alcunha* do árabe *al-cunia* “sobrenome”, e *renome de linguagem*, é hoje uma designação acrescentada ao nome normal do indivíduo (2ª aceção) por outros, que neste observam certa particularidade ou certa qualidade física ou moral digna de nota, ordinariamente jocosa ou insultuosa, mas também séria. Os elementos que na 2.ª aceção do *nome* acompanham

normalmente *o nome próprio* (1.^a aceção) chamam-se *sobrenome* e *apelido*, que, porém, diferem um do outro:

- *Sobrenome* é um patronímico, nome de pessoa, expressão religiosa ou outra, que se junta imediatamente ao nome individual, com o qual como que se forma um corpo: *Méndiz, Augusto, César, da Conceição*.
- *Apelido* é uma designação da família, transmitida ordinariamente de geração em geração.

E acrescenta que:

“A diferença fundamental entre *o sobrenome* e o *apelido*, na nomenclatura atual, e a mais corrente, reside no facto de o sobrenome ser individual, ou apenas comum para irmãos, embora às vezes transmissível a filhos, e o *apelido* ser genealógico, isto é, comum na essência para a família toda. A *alcunha* é adventícia. Os cidadãos romanos costumavam juntar ao *praenomen*, ou “nome individual”, um *nomen gentilicium*, ou nome da *gens*, e um *cognomen* (ou mais de um), que era uma designação de um ramo de *gens*, originariamente tirada de uma circunstância ou de uma qualidade, por exemplo, Marcus Tullius Cícero; e nós nunca usámos esta regularidade, acontece que ora traduzimos *cognomen* por sobrenome, ou por alcunha, ora traduzimos nomes *gentilicium* por apelido, ora damos a sobrenome a significação de apelido e da alcunha (1928:12) ”.

Assim, muitos sobrenomes indicavam antigamente o nome do pai ou da mãe. Por exemplo, Fernandes significava filho de Fernando, Esteves, filho de Estêvão; Paulo António significava Paulo, filho de António, assim como André João significava André filho de João. Hoje, ainda que desconheçamos a origem e o significado dos nomes, todavia, sabemos que eles expressam a nossa individualidade, servem como *etiqueta* posta sobre a testa de cada um de nós, podendo, inclusivamente, dar informação sobre a nossa origem.

2.4. Composição, origem e significado dos nomes próprios no Português de Angola

Na Roma antiga, as pessoas usavam apenas um nome próprio. Mais tarde, passaram a usar mais de um nome. Dentre estes, o nome próprio era o primeiro, na composição ou organização, o qual se chamava *praenomen*. De seguida, o *nomem*, que designava o clã e o último designava a família, conhecido como *cognomen*. Belo (1992:7) afirma que

“[...] o nome, tal como hoje é usado, isto é, o nome próprio ou de batismo ou prenome, acrescido o patronímico ou sobrenome ou nome de família só se usa há quatro século. Os romanos usavam um nome comum para os *gens*, conjunto de pessoas com o mesmo nome e com um antepassado varão

comum, o que não é exatamente uma família até porque às *gens* eram incorporados alguns dependentes, adotados digamos. Até há quatro séculos apenas se usava um nome a que, por vezes, se acrescentava um qualificativo geográfico – social, profissional ou simplesmente físico – como Braga, Velho, Carpinteiro ou Ruivo.

No século XI, com o crescimento das populações, na Europa, a utilização do nome tornou-se tão comum que as pessoas tiveram dificuldades em conhecerem-se todas pelo nome, de tal modo que era necessário cada uma ter um sobrenome. A partir do século XVI, os sobrenomes passaram a ter transmissão hereditária buscando-se um nome próprio para celebrar o batismo, entre os nomes de santos e mártires. Só após a Revolução Francesa se assistiu a uma maior abertura na escolha de prenomes, até porque muitas pessoas não eram batizadas (Belo, 1992:7).

Nos países em que a religião cristã teve grande influência é comum encontrarmos nomes que designam comemorações religiosas ou mesmo apelidos de personalidades bíblicas, tais como: Aleluia, Jesus, Assunção, Baptista, Espírito Santo, Trindade, Graça, etc. Outrossim, muitos nomes indicavam, antigamente, a progenitor (o pai ou a mãe) como é o caso de “Esteves” que tem o significado de “filho de Estêvão”, “Maria Fernanda” que quer dizer Maria “filha de Fernanda”.

Segundo Horácková (2012:7), “desde a Idade Média até o século XVIII as pessoas eram conhecidas, em algumas zonas rurais portuguesas, apenas pelo nome próprio, ao qual era acrescentado o patronímico (nome do pai), no caso dos rapazes, e o matronímico (nome da mãe), quanto às moças. A partir do fim da Idade Média, os patronímicos tendem a fixar-se, primeiro nas urbes (cidades) e no litoral, mais tarde no campo, e no interior”.

A estrutura do nome dos cidadãos angolanos segue, na sua maioria, a ordem dos nomes portugueses, devido à influência sociocultural portuguesa, embora haja casos que fogem desta regra. Além dos nomes de origem portuguesa, muitos indivíduos apresentam nomes com origem nas línguas nacionais. A lei Nº 10/85 de 19 de outubro, publicada no Diário da República e alterada através da Lei Nº 10/77 de 9 de Abril, em relação ao registo de nomes, diz o seguinte:

“1. O nome completo compor-se-á, no máximo de cinco vocábulos gramaticais simples, dois dos quais só podem corresponder ao nome próprio e os restantes ao apelido. 2. Em casos devidamente justificados, atendendo à composição dos apelidos dos progenitores, o número máximo de vocábulos poderá ser elevado a seis, mantendo-se, contudo, o limite de dois para o nome próprio. 3. Os nomes próprios, ou pelo menos um deles, será em língua nacional ou em língua portuguesa. 4. Os nomes próprios em outras línguas serão admitidos na sua forma originária ou adaptada. 5. Os apelidos são obrigatórios e serão

escolhidos entre os pertencentes às famílias paterna, materna ou ambas dos progenitores do registando. No caso dos progenitores do registando não terem apelido será este escolhido pelo declarante, de preferência de acordo com o funcionário perante quem for prestada a declaração”.

Veja-se, a título de exemplo a organização dos nomes de alguns cidadãos, recolhidos no Registo Civil e nos serviços da igreja Católica. Nos exemplos que se seguem, o primeiro nome corresponde ao nome próprio, o segundo é o sobrenome, o terceiro corresponde ao nome do avô materno e o último ao do avô paterno. No caso de indivíduos que têm apenas dois nomes, é-lhe dado o nome próprio e, geralmente, o último que é do avô paterno ou então do progenitor:

1. Adália Luzia Correia Sawanhi;
2. Adriano Luiz Belchior Chitangue.
3. António Pequeno;
4. Emília Ngueve;
5. Paulino Calembela Mujamba;
6. Rafael Samuel Chiangalala.⁶

Contudo, como acima se referiu, o Código do Registo Civil, referindo-se à composição do nome, no artigo 1º, na linha nº 2, afirma que:

Em casos, devidamente justificados, atendendo à composição dos apelidos dos progenitores, o número máximo de vocábulos poderá ser elevado a seis, mantendo-se, contudo, o limite de dois para o nome próprio.

No entanto, embora esta exceção conste no Código Civil, normalmente os nomes são constituídos por dois a quatro vocábulos (como ilustram os exemplos acima), com exceção de nomes matrimoniais, ou seja, aqueles que são dados no âmbito do casamento.

Portanto, os nomes portugueses são largamente predominantes em Angola, por razões históricas bem conhecidas, tendo em conta que o colono português esteve no território angolano cerca de 500 anos. Os nomes portugueses têm, por sua vez, como acima se referiu, a sua origem em diversas línguas e culturas, sobretudo no latim com a expansão do cristianismo.

Em Angola, porém, além destes, existem também nomes de origem bantu e, sobretudo nestes, saber ou conhecer a origem do nome é uma forma de conhecer, também, de onde algumas

⁶ Os nomes constam nos documentos retirados do Registo Civil.

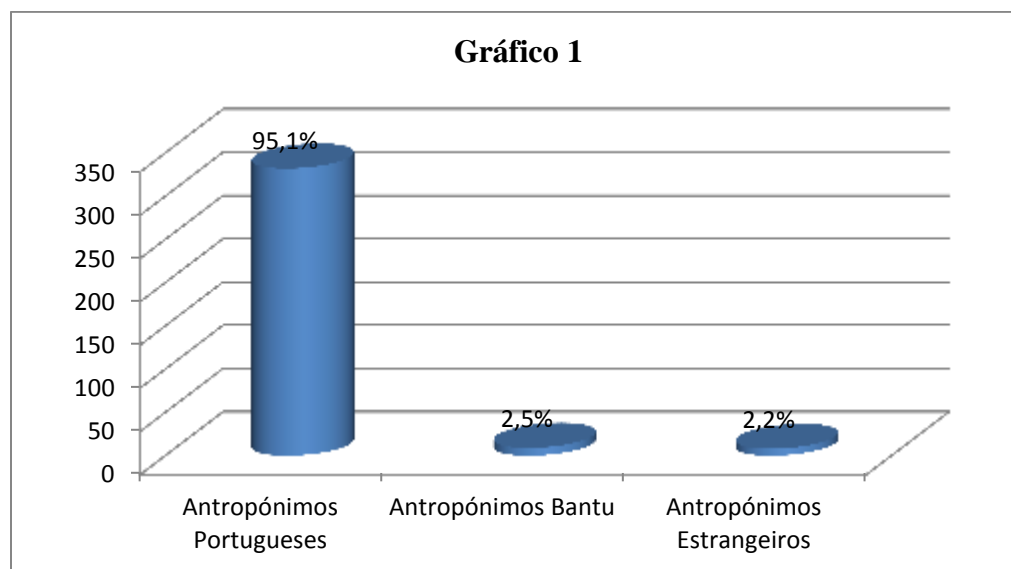
famílias descendem, a profissão ou, ainda, conhecer algumas características, físicas ou psicológicas, dos seus ancestrais.

2.5. Apresentação e análise dos dados

2.5.1. Conservatória do Registo Civil – 1960

Do livro nº 2 do ano de 1960, período anterior à independência de Angola, extraímos 349 antropónimos registados na Conservatória do Registo Civil de Benguela. Note-se que deste número 332 são antropónimos portugueses, correspondentes a 95,1 %, 8 estrangeiros, correspondentes a 2,2 % e apenas 9 são de origem bantu, o que corresponde a 2,5 %.

Antropónimos	Número	Percentagem
Portugueses	332	95,1%
Bantu	9	2,5%
Estrangeiros	8	2,2%
Total	349	100%



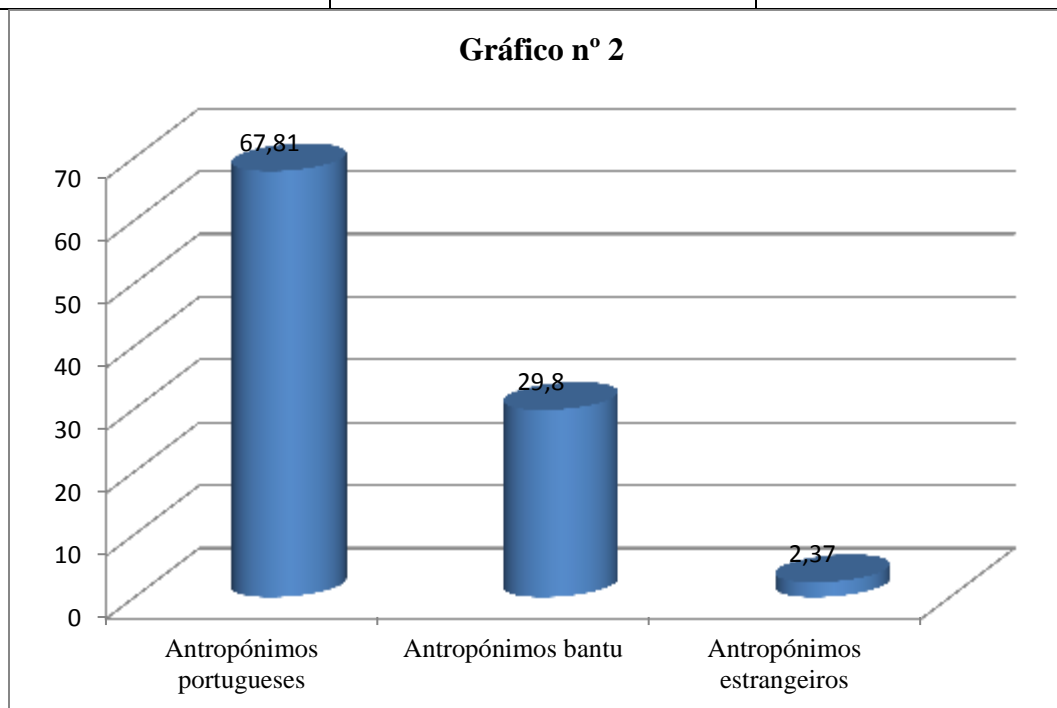
Como demonstra o gráfico, extraímos e analisámos do livro nº 2 do ano de 1960, período anterior à independência de Angola, 349 antropónimos registados na Conservatória do Registo Civil de Benguela. Note-se que deste número 332 são antropónimos portugueses, correspondente

a 95,1 %, 8 estrangeiros, correspondente a 2,2 % e apenas 9 são de origem *bantu*, o que corresponde a 2,5 %.

2.5.2. Conservatória do Registo Civil – 1980-81

Do livro nº 48, correspondente aos anos 1980-1981, um período pós-independência de Angola, extraímos 463 nomes, 314 dos quais são portugueses, correspondentes a 67,81%, 138 nomes de origem bantu, equivalentes a 29,8% e 11 nomes estrangeiros, o que corresponde a 2,37%. Assim, é notório um crescimento relativamente aos nomes de origem bantu, devido à política adotada pelo Estado Angolano, com o intuito de valorizar as línguas e antropónimos nativos. O uso de nomes portugueses, embora tenha diminuído, ainda apresenta, no entanto, uma percentagem consideravelmente maior do que os nomes bantu.

Antropónimos	Número	Percentagem
Portugueses	314	67,81%
Bantu	138	29,80%
Estrangeiros	11	2,37%
Total	463	100%



2.5.3. Registo da paróquia de Nazaré

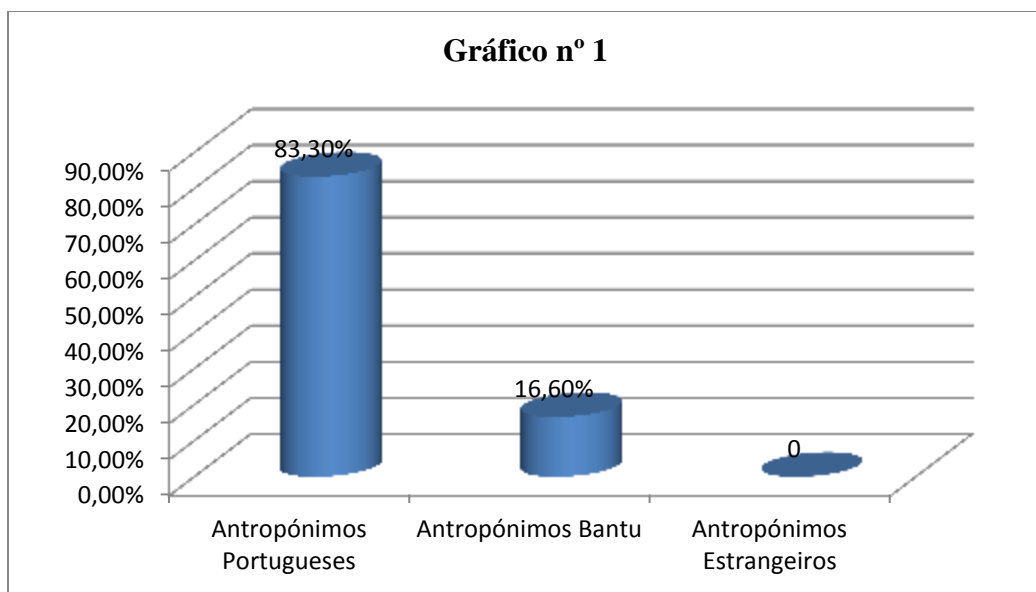
Tendo em conta que a igreja Católica teve um papel preponderante no que diz respeito ao registo dos fiéis, mormente no período antes da independência nacional, propusemo-nos analisar documentos da paróquia de Nazaré da igreja Católica, dos anos de 1950 e, depois, documentos de 1980, 1990 e de 2000, para apurarmos a frequência tanto de nomes portugueses quanto *bantu*, nos dois períodos pré e pós-independência da história angolana, à semelhança do levantamento registado no Registo Civil.

Atendendo ao elevado número de documentos, optámos por seleccionar na amostra de sete documentos para cada um dos períodos considerados.

a. 1950

Na amostra seleccionada, do ano de 1950, 10 dos nomes analisados são portugueses, correspondentes a 83,30% e apenas 2 são bantu, correspondentes a 16,6%. Estes dados confirmam os da recolha anterior quanto à superioridade dos nomes portugueses sobre os de origem bantu no período colonial.

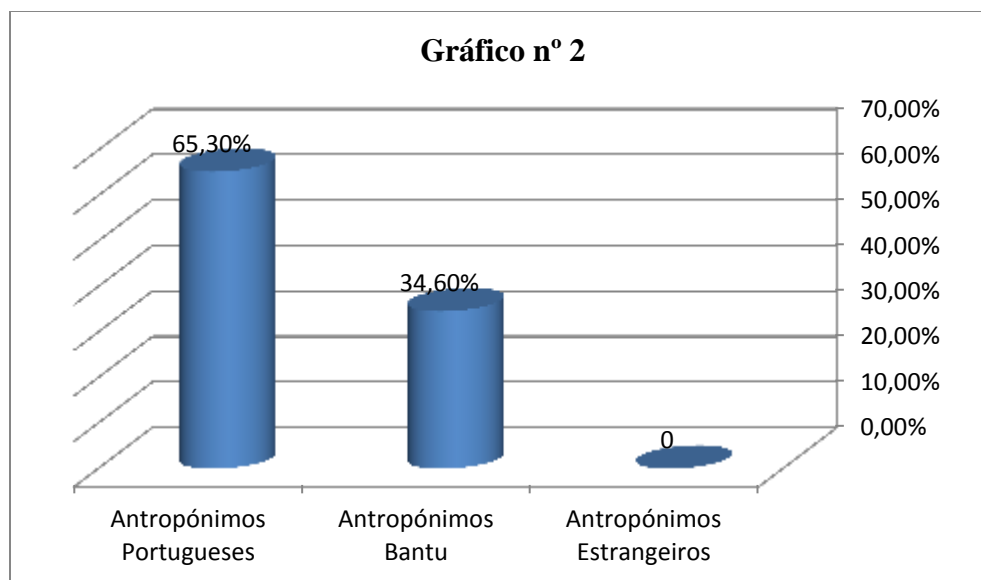
Antropónimos	Número	Percentagem
Portugueses	10	83,30%
Bantu	2	16,60%
Estrangeiros	0	
Total	12	100%



b. 1980-1981

O gráfico nº 2 mostra que, dos 26 antropónimos analisados deste período, 17 são portugueses, correspondentes a 65, 3% e 9 são bantu, correspondentes a 34, 6%. Como podemos perceber, num período pós-independência, há, também neste caso, um incremento no que toca aos antropónimos bantu, embora os portugueses continuem a ser superior em número.

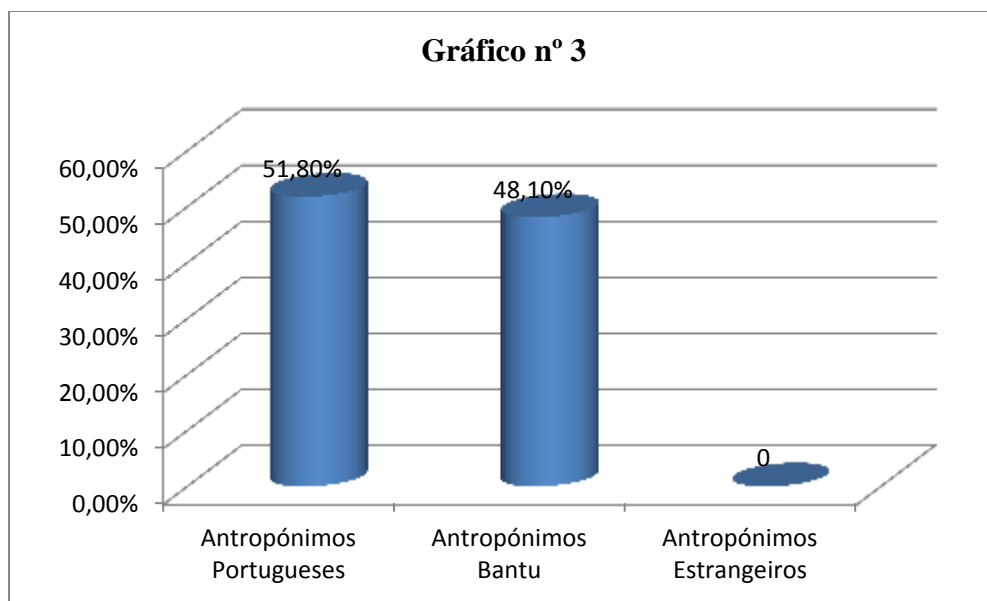
Antropónimos	Número	Percentagem
Portugueses	17	65,3%
Bantu	9	34,6%
Estrangeiros	0	
Total	26	100%



c. 1990

Dos 27 antropónimos analisados do ano de 1990, 14 são portugueses, correspondendo a 51,80% e 13 bantu, correspondentes a 48,10%. Os dados mostram, então, que há um crescimento muito grande dos nomes bantu a partir da década de 90.

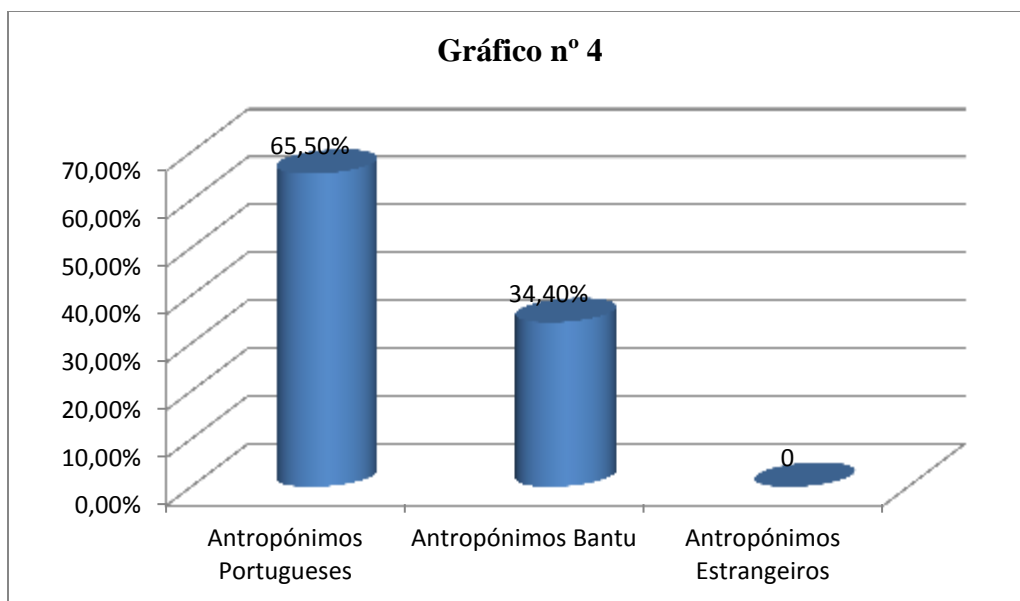
Antropónimos	Número	Percentagem
Portugueses	14	51,8%
Bantu	13	48,1%
Estrangeiros	0	
Total	27	100%



d. 2000

Finalmente, os dados de 2000 mostram-nos que, dos 29 nomes analisados, 19 são portugueses, correspondendo a 65,5% e 10 são bantu, correspondendo a 34,4%. À semelhança dos dois últimos quadros e gráficos, o quadro e gráfico do ano 2000 também demonstra que os antropónimos portugueses são de maior número e continua a revelar um número significativo de antropónimos bantu. No entanto, o número de antropónimos bantu não mantém a tendência de crescimento registada nos anos anteriores, o que pode indicar uma estabilização.

Antropónimo	Número	Percentagem
Portugueses	19	65,5%
Bantu	10	34,4%
Estrangeiros		
Total	29	100%



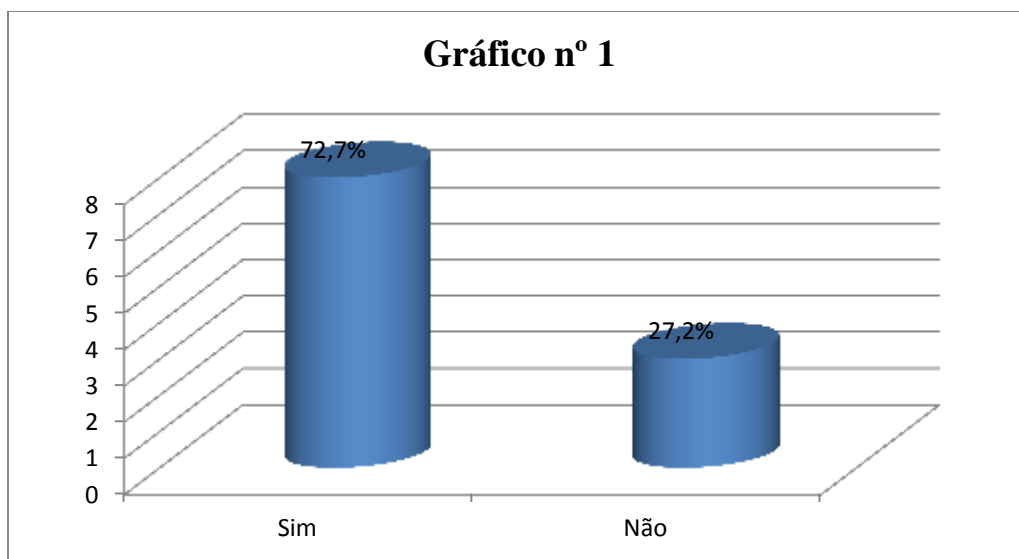
A consulta dos livros de registo permitiu-nos constatar que, no período antes da independência, os nomes das línguas nativas eram em número muito reduzido, tendo aumentado significativamente no período pós-independência quando, com o intuito de valorizar a cultura e as línguas nativas, o governo passou a valorizar os nomes oriundos dessas línguas, chegando mesmo a ser obrigatório pelo menos um nome de origem nacional. Este procedimento foi reforçado com a promulgação da Lei Nº 10/85 de 19 de outubro, publicada no Diário da República e alterada através da Lei Nº 10/77 de 9 de abril, a que já nos referimos no capítulo anterior, onde consta o seguinte:

“3. Os nomes próprios, ou pelo menos um deles, será em língua nacional ou em língua portuguesa. 4. Os nomes próprios em outras línguas serão admitidos na sua forma originária ou adaptada”.

2.5.4. Inquérito

O presente inquérito é constituído por doze perguntas, dirigidas a onze pessoas, nomeadamente estudantes universitários, professores e dois padres. O inquérito aplicado foi orientado no sentido de recolher informação sobre os significados dos nomes *bantu*, por parte dos interrogados.

1. Já ouviu falar sobre Antroponímia (estudo dos nomes de pessoas)?

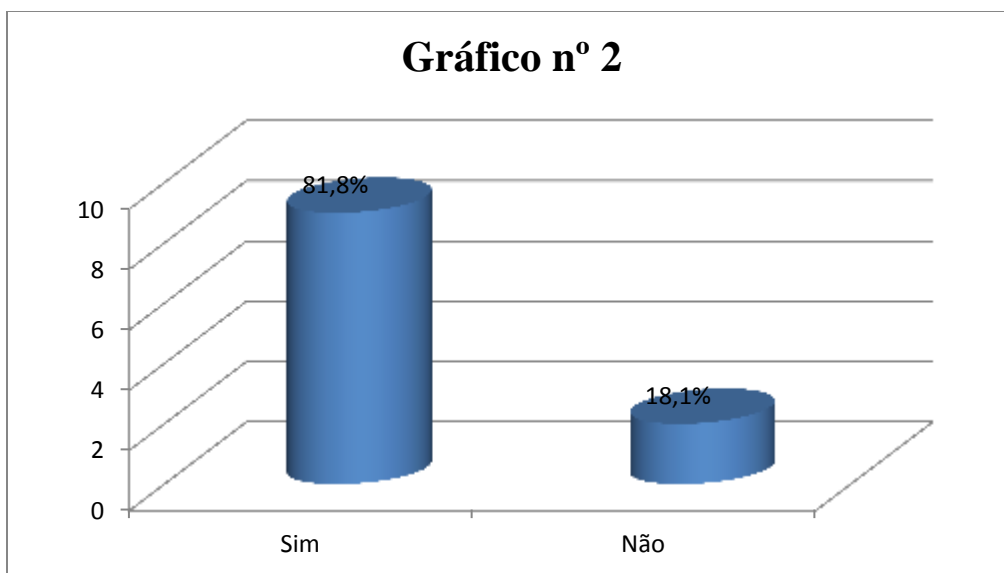


Procurámos, através desta questão, saber até que ponto as pessoas conhecem ou já ouviram falar sobre a antroponímia como uma área de estudo. A esta pergunta, oito (8) entrevistados responderam que já ouviram falar sobre a antroponímia, correspondendo a 72,7% e três (3) entrevistados responderam que nunca ouviram falar sobre antroponímia, correspondendo a 27,2%. As respostas obtidas dão-nos informação sobre 1) o desconhecimento da área em estudo, antroponímia, e 2) a necessidade de valorização e divulgação dos estudos antroponímicos.

As restantes perguntas incidem sobre o significado dos nomes na cultura angolana, em particular na cultura bantu.

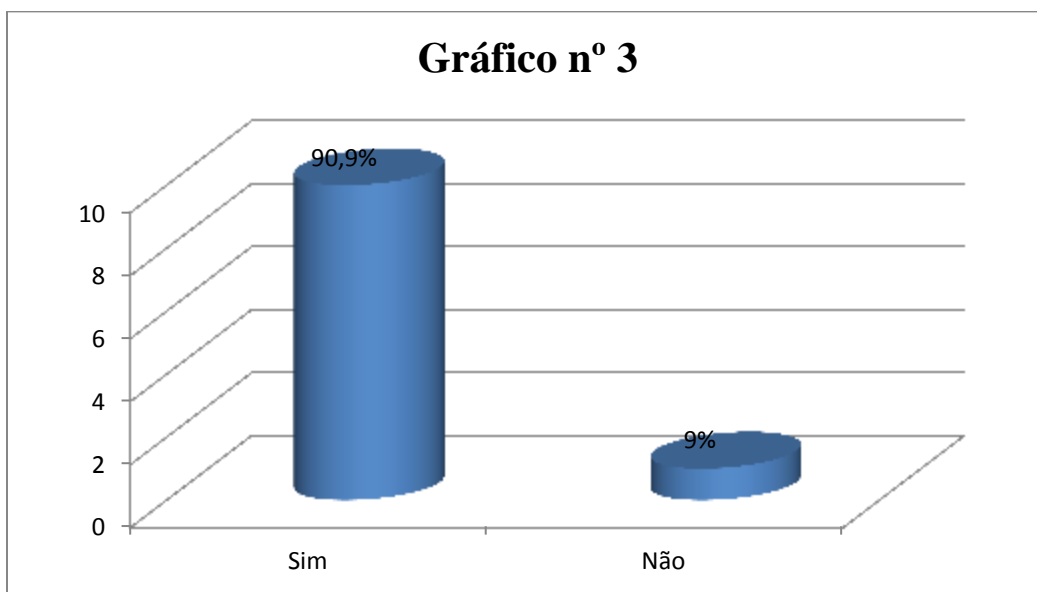
2. Considera que a escolha do nome pode exercer influência sobre o futuro da criança?

A esta pergunta, nove (9) entrevistados responderam que os nomes exercem influência sobre o futuro de uma criança, correspondendo a 81,8% e dois (2) responderam que não, o que corresponde a 18,1%. As respostas obtidas, dão-nos informação sobre a importância e o valor simbólico que os cidadãos angolanos dão aos nomes próprios.



3. Há alguma regra a observar na escolha de um determinado nome após o nascimento de uma criança?

A esta pergunta, e em consonância com a resposta anterior, dez (10) entrevistados responderam afirmativamente, correspondendo a 90,9% e apenas um (1) respondeu negativamente, correspondendo a 9%.

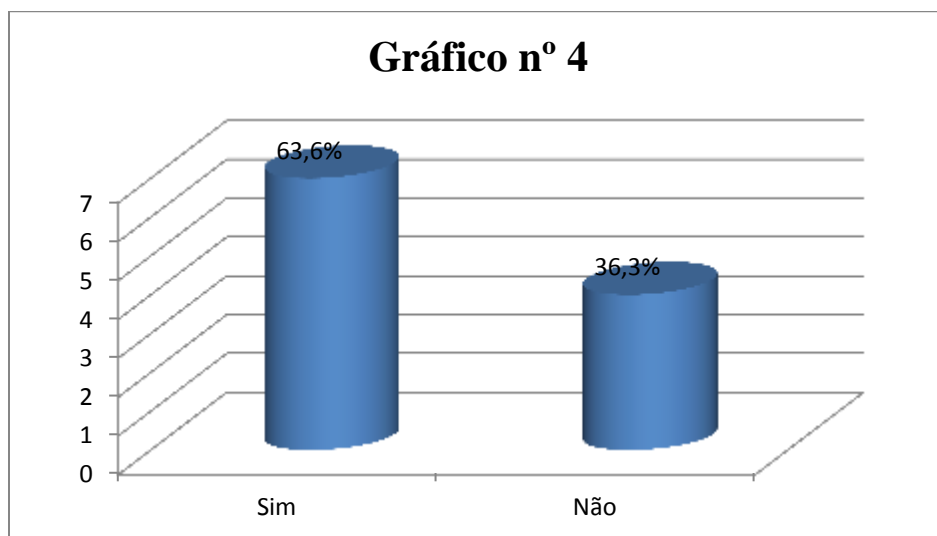


3.1. Se sim, explique como é que essas regras são aplicadas e se há casos que fogem a essas regras?

Procuramos, com esta questão, saber quais as regras a observar na atribuição de nomes a uma criança e mais os casos que fogem a regra. As respostas foram muito diversificadas, surgindo como principais elementos relevantes na atribuição dos nomes:

- a. A cultura e tradição do povo a que a criança pertence;
- b. A influência dos avôs, dos pais;
- c. A ligação, que se estabelece na cultura *bantu*, entre o nome (a palavra) e o significado.

4. Existe alguma cerimónia divinatória na escolha de nomes?



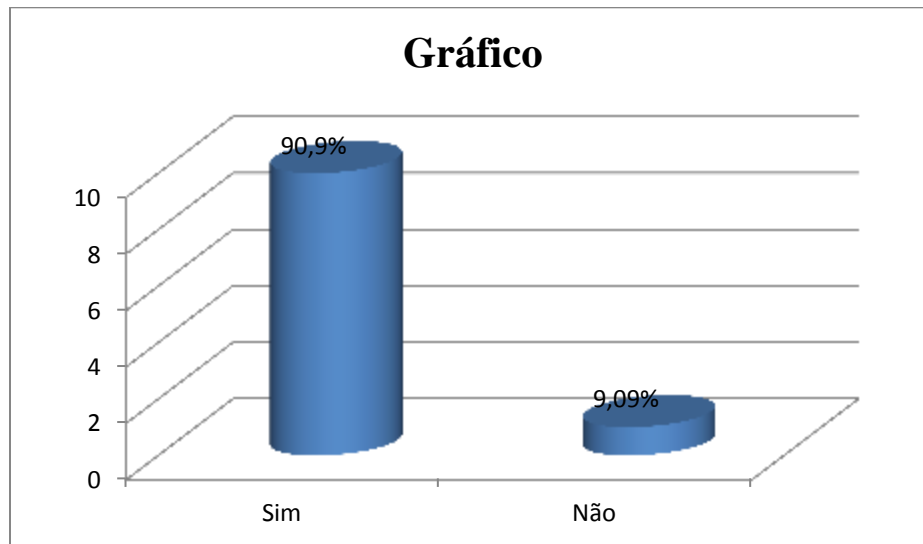
Procuramos, com esta questão, saber se, porventura, há cerimónia ou dedicação a alguma entidade natural (avôs, pais, tios, irmãos mais velhos) ou, então, sobrenatural na escolha de nomes. Como podemos observar no gráfico n° 4, a esta pergunta, sete (7) entrevistados responderam que não existe cerimónia divinatória na escolha de nomes, o que corresponde a 63,6% e apenas quatro (4) responderam que existe cerimónia divinatória, correspondendo a 36,3%, o que aponta para um decréscimo desta prática tradicional.

4.1. Em caso afirmativo, descreva-a (s).

As respostas que obtivemos para estas perguntas foram várias. Em resumo:

- a. Antes de se dar o nome à criança, consultam-se os mais velhos (principalmente os avôs) e estes darão o nome;

- b. Realizam-se festas, danças ou cânticos dirigidos a uma entidade sobrenatural a fim de que a criança tenha sorte na vida.
- 5. A escolha do nome é inspirada por alguma circunstância especial do nascimento (ordem do nascimento, sexo, circunstâncias como, por exemplo, a morte de irmãos)?**



Pretendemos saber, com base nesta questão, se porventura circunstâncias ligadas ao nascimento (por exemplo, datas especiais, como alguma efeméride nacional ou internacional, dia de uma personalidade muito famosa) na atribuição de nomes. A esta questão, dez (10) entrevistados responderam afirmativamente, correspondendo a 90,9% e apenas um entrevistado teve uma resposta contrária às anteriores, correspondendo a 9,09%.

5.1. Se sim, dê alguns exemplos dê que se lembre.

As respostas obtidas podem sintetizar-se em duas:

- a. Uma criança que nasce ou sobrevive depois de outras falecidas recebe nomes especiais devido a esse facto (por exemplo, Chivole, Kalixo “lixo” literalmente “o que não presta”);
- b. O nome atribuído a uma criança pode ser uma forma de preservar e honrar o nome de um ente querido falecido, seus feitos, por exemplo.

6. Se a criança recebe o nome de um antepassado, de um herói ou uma pessoa notável, quais são os fatores que motivam essa escolha?

Também neste caso, obtivemos respostas várias, tais como:

- a. Perpetuar o nome da família ou dos antepassados;
- b. Manter na memória o nome da personalidade;
- c. Enfatizar características físicas e/ou psicológicas notáveis: beleza, grandeza, inteligência, valentia.

7. Se a escolha do nome é livre, quem faz a escolha e quais são os principais critérios usados?

Esta pergunta teve respostas muito diferentes, em alguns casos pouco claras. Porém, a análise das respostas, permite perceber que os critérios diferem de região para região, dependendo da tribo ou da cultura a que pertencem os indivíduos, sendo os mais relevantes os seguintes:

- a. A escolha do nome normalmente cabe à família paterna. No entanto, atualmente, esta prática está a ser ultrapassada;
- b. Consulta-se a um mais velho (avô, tio, irmão mais velho);
- c. A escolha do nome é livre e normalmente cabe à família paterna. Um dos critérios aplicados é: os traços físicos da criança.

8. Indique o maior número possível de nomes próprios e apelidos de origem *bantu* (incluindo nomes especificamente associados a determinadas tribos) que conhece e os seus respetivos significados em português.⁷

9. Indique o maior número possível de nomes próprios e apelidos portugueses e os seus significados, se considerar que estes nomes têm um significado associado.⁸

3. Estudo léxico-semântico

O significado é um conceito ou representação mental que se pode compreender de forma pessoal e cultural. Significar é o ato pelo qual uma pessoa dá a conhecer algo (uma ideia, um conceito, uma crença) a outra pessoa, servindo-se para isso de um meio (palavra, gesto, ações).

⁷ As respostas à pergunta 8 estão inseridas nas páginas 68 – 72, no capítulo dedicado à semântica dos nomes.

⁸ As respostas à pergunta 9 estão inseridas nas páginas 68-72, no capítulo dedicado à semântica dos nomes.

Este meio é designado, como já acima referimos, signo linguístico (Abrantes, 2011:13). O signo linguístico também é, pois, estudado pela semântica, cuja função é “descrever a relação entre a expressão e as ideias ou conceitos que são evocados na mente quando alguém oraliza ou gestua uma palavra. Além disso, a semântica estuda ainda as relações que se estabelecem entre os significados” (Abrantes, 2011:22).

No caso dos antropónimos, ter um nome significa ter uma história, ter uma missão e poder ser chamado. Segundo Pereira (2003:304), “os marcadores linguísticos mais claros de relações sociais são os nomes pelos quais uma pessoa é tratada, incluindo o nome próprio ou apelido, bem como as diferentes combinações possíveis.” Ou seja, os nomes também refletem a gramática de uma determinada língua. É por isso que o estudo dos nomes abrange as diferentes áreas de uma gramática. Por exemplo, num determinado nome, podemos encontrar vários aspetos, como o fonético-fonológico, o morfológico, o sintático, o léxico, o semântico e até o aspeto estilístico.

Assim, atendendo à diversidade cultural e etnolinguística de Angola, que torna este grande país rico no que à antroponímia diz respeito, analisaremos, em primeiro lugar, os nomes portugueses que, como demonstrámos, são ainda os mais usados pelos angolanos e, depois, os nomes bantu, cuja frequência, como também fica demonstrado, tem vindo a subir depois da independência.

3.1. Antropónimos portugueses

Os antropónimos estão, de certa forma, ligados às questões da vida social, como a ocupação ou a localidade de origem, uma vez que a antroponímia é um “fenómeno” sociocultural. Carvalhinho (2007:165-177) enumera, pelo menos, quatro tipos de influência:

- “Influências históricas, políticas e religiosas;
- Circunstâncias, lugar e tempo de nascimento: particularidades físicas ou qualidades morais (Agripa ou Agripino, nome dado à “criança que, no parto anormal, apresenta primeiro os pés”; Libânio, “nascido no Monte Líbano”; Lucius/Lúcia, o que ou a que nasceu à luz do dia, ou ao romper d’alva; Aurelius/Aurelianus [Aurélíio], da cor do ouro.
- Nomes relativos a profissões, como Cavalcante (cavaleiro);

- Nomes curiosos ou excêntricos, de formação atípica e de difícil compreensão: Edeluz (espírito de luz) e Damores, entre muitos outros.”

No entanto, conforme cima se referiu, no caso dos nomes portugueses, perdeu-se, na maior parte dos casos, o significado associado ao nome que, na maior parte dos casos, é totalmente arbitrário, como os demais elementos do léxico.

Em Angola, são particularmente frequentes:

Adão – Do hebraico *adâm*, que por sua vez tem as suas raízes no assírio *adamou* (criar) e significa o homem criado do barro. Nome do primeiro homem que Deus, segundo a Bíblia, fez, à sua imagem e semelhança. Segundo Machado (1993:46), este “nome hebraico foi muito comum e designava, quer o ser humano único, quer a humanidade em geral.”

Adelaide – Do germânico *adal* “nobre” e *haidu* “qualidade”.

Adolfo – Do germânico *adal* e *wolf*, cujos significados literais são nobre e lobo. Respetivamente a fusão de ambos os termos poderão significar guerreiro corajoso.

Adriano (a) – Do latim *Adrianus*, ou seja, aquele que é natural de Ádria, cidade de Veneza, situada no norte da Itália, fundada pelos Etruscos, à qual se deve a designação do Mar Adriático.

Afonso – Do germânico *Hathusfuns*, que significa *pronto para o combate* ou de *adal*, que significa *nobre* e *funs* *pronto* e significa *inclinação nobre* ou *apto para ser nobre*. Foi disseminado no sul da Europa pelos Visigodos.

Alexandre (a) – vem do grego *alxein*, que significa *proteger, defender* e de *andros*, *homem, guerreiro*, portanto, o *defensor dos homens*. Personalidades célebres da história usaram este nome, como é o caso de Alexandre, o Grande.

Ana – Do hebraico *Hannah*, que significa *graciosa*. Através do latim *Anna*. De acordo com Machado (1993:128), Ana era nome usual no império Bizantino, donde foi levado para a Rússia pelo casamento, em 988, de *Anna*, filha do imperador *Romanus*, com *Vladimiro*, príncipe de Kiev.

António – Literalmente significa *valioso, de valor inestimável* ou *digno de apreço*. Segundo Belo (1992:29), “não se sabe muito bem se o nome vem do latim *antonius* [inestimável]

ou do grego *antheos* [flor]”. No entanto, é um nome muito usado. Houve, na história, muitos santos com este nome.

Augusto – Do latim *Augustus*, que significa *majestoso, venerável, consagrado*. Epíteto em 27 a.C. pelo senado Romano a Octávio (63 a.C. – 14 d.C.).

Bernardo – Do germânico *ber*, que significa urso e *hard, forte, corajoso*. Literalmente, quer dizer *urso corajoso*.

Carlos – de origem germânica, *Karl*, significa *homem viril*. Muitas foram as personagens célebres que usaram este nome, particularmente reis, rainhas e imperadores.

Cecília – Deriva do latim *Caecus*, que significa *cego*.

Daniel – Do hebraico e significa *juiz de Deus* ou *Deus é meu juiz*. É comumente associado à personagem bíblica *Daniel*, profeta do Antigo Testamento. Passou para o grego *Daniēl* e depois para o latim *Daniel*.

David – Do hebraico *dawid*, que significa *amado, querido*. É comumente associado à personagem bíblica *David*, jovem pastor de Belém (século X a.C.) que se tornou rei e profeta de Israel. A Bíblia atribui-lhe a autoria de alguns Salmos, originários das orações judaicas e cristãs.

Emílio – Do grego *Haimulus*, ou seja, *obsequiador, astuto* ou ainda do latim *Aemilius*, que significa *émulo, adversário*.

Ernesto – Do germânico *ernst* (honesto) ou *ernust* (combate). A sua forma feminina mais usual é Ernestina.

Fátima – Do árabe *fat (i) mâ*, significa *mulher perfeita, esposa* ou ainda, segundo Belo (1992:76), *aquela que desmama* (uma criança). Assim se chamavam a esposa de Maomé e a esposa de Ali, o 4º dos califas. A devoção a Nossa Senhora de Fátima popularizou este nome no mundo católico. Conferir, nos anexos, a título de exemplo, a entrevista dada por uma cidadã angolana a qual atribuíram o nome *Fátima* por natural da paróquia com este nome.

Fernando – Do germânico *fried* (protector) ou *frithus* (paz) e *nant* (corajoso, temerário). Este nome foi difundido na Europa pelos visigodos. Teve um destino real, uma vez que foi usado por numerosas dinastias, em vários países, entre os quais Portugal, Espanha e Áustria.

Francisco – Do latim *francus* (homem livre) ou *francis* (os francos). Muito divulgado através de São Francisco de Assis.

Gabriel – Do hebreu, significa *homem de Deus*. O anjo Gabriel foi, segundo a Bíblia, o portador das boas novas: o nascimento de João Baptista e de Jesus Cristo.

Helena – Do grego *hélê* (raio de sol), pelo latim *Helena*. Variante Elena diminutivo Lena é de uso muito comum.

Isabel – De Elisabeth, do hebraico *el-isha-beth*, que significa, respetivamente, *Deus* (Elohim), *salvação e casa*. Na Bíblia, Isabel (ou Elisabeth) foi mulher de Zacarias e mãe de João Baptista, o precursor de Jesus Cristo. Na história da Europa, muitas foram as rainhas com este nome.

João – Do hebraico *Yahanan*, que significa agraciado por Deus. Desta forma, derivou *Ioánes*, no grego, e *Joahanne*, no latim. Este nome teve grande divulgação não apenas por ser o nome do apóstolo São João (autor do Evangelho e de três epístolas com o mesmo nome e, ainda, do livro de Apocalipse), como também por ser usado por vários papas (ex. João Paulo II).

José – Do hebraico *Yosef*, *Deus multiplica*, pelo latim *Joseph*. Duas personagens célebres, na Bíblia, têm este nome: José, filho de Jacob e José, carpinteiro de Nazaré, marido de Maria, mãe de Jesus.

Luís – Do germânico *chlodowig* e, depois, *Ludwig* derivado de *wig* (combatente), que originou *Ludovisco* em italiano

Madalena – Do grego *Magdalene* (natural de Magdala), que vem, por sua vez, do hebraico *migdal*. *Magdala* era o nome de uma aldeia junto ao mar da Galileia, que, em hebraico, significa *torre*.

Manuel – Do hebraico *imm-el* ou *immanuel*, que significa *Deus conosco* ou *Deus está entre nós* e que resultou nos nomes Emanuel (a), que é bastante usado nos países de língua portuguesa, sendo as formas mais usuais Manuel (a).

Maria – De acordo com Belo (1992:134), há duas possibilidades quanto à etimologia deste nome: a mais comum é que o faz derivar do hebraico *Miriam*, formado por *mar* (gota) e *yâm* (mar) ou ainda *myriam*. Daí resultou *Maria*, em latim e *María* em grego. Também é possível que derive do sânscrito *Maryáh*, que quer dizer *pureza* ou *virtude*. Bastante usado

devida à personagem bíblica, Maria, a mãe de Jesus. Veja-se, a título de exemplo, o depoimento de uma cidadã angolana, com este nome, gravado durante o trabalho de campo que realizamos.⁹

Paulo – Do latim *paullus*, que significa *pequeno*. Muito generalizado devido a *São Paulo*, um dos apóstolos de Jesus Cristo que levou o evangelho aos gentios.

Samuel – Do hebraico *Xamuel*, pelo grego *Samouēl* e pelo latim *Samuēl*, que quer dizer *dado por Deus* ou *nome de Deus* ou ainda *Ouvido por Deus*. Foi o nome do profeta e juiz do Antigo Testamento (Bíblia) que liderou o povo israelita antes do estabelecimento da monarquia em Israel.

Xavier – Deriva do basco *etxaberry*, que significa *casa nova* e é comumente relacionado com o missionário São Francisco Xavier.

3.2. Antropónimos umbundu

A origem étnica e a identidade cultural de uma pessoa, em África, são frequentemente identificadas na atribuição do nome, permitindo, assim, a sua inserção na comunidade. A sociedade africana apresenta um sistema de parentesco que dá, *grosso modo*, igual atenção às linhas patrilineares e matrilineares. Chimbinda (2009:6) afirma que “o sistema africano dos antropónimos tem em conta as famílias de ambas as linhas, a patrilinear e a matrilinear, de uma maneira muito sistemática. Ao mesmo tempo essas linhas servem de instrumentos de integração e preservação do passado no presente.”

Por outro lado, na cultura umbundu, os nomes são, muitas vezes, dados segundo as circunstâncias que envolvem o indivíduo no momento da conceção ou do nascimento da criança. Diferentes dos antropónimos das sociedades europeias que ou são desprovidos de significado ou, quando o têm, é tão simples que poucas vezes é digno de nota. Chimbinda (2009:6) afirma que “os antropónimos africanos são sempre impregnados de significado e altamente evocativos da riqueza cultural africana. Além disso, não é só o antropónimo, em si, que tem significado, mas todo o processo da atribuição do antropónimo à criança.”

Normalmente, a criação de um nome depende de muitos fatores. Grande parte dos nomes umbundu, usados ainda hoje, são de origem desconhecida, mas mantêm uma forte ligação ao

⁹ Os depoimentos foram gravados e, depois, transcritos. Conferir os anexos do trabalho.

contexto, em diferentes áreas semânticas. No entanto, em alguns casos, é sensível a perda do nexo semântico original, bem como o aportuguesamento da pronúncia.

3.2.1. Antropónimos derivados das circunstâncias quotidianas

Cakuma – Significa algo saturado, situação já um tanto aborrecida, factos que não devem ser repetidos. O termo vem do verbo *okukuma* (**saturar**). Este antropónimo é atribuído a alguém que tenha nascido em “tempo” de tristeza na família.

Casinda ou **Kasinda** – Nome dado a uma criança que nasce depois de gémeos independentemente do seu sexo.

Chimalia – Deriva de *Ochimalia*, corruptela de *malha*, jogo cuja pedra principal chama-se *malha*. Cf. o depoimento da cidadã com este nome nos anexos do trabalho.

Civole ou **Chivole** – Literalmente significa *que apodreça*. Trata-se do verbo *okuvola* *apodrecer*, conjugado no imperativo. O antropónimo *Civole* significa apodrecer, mas no sentido de esquecer de algum problema da família, (de) algumas circunstâncias que envolveram o nascimento da criança em causa ou ainda, no de “redimir-se” de situações maléficas que ocorreram antes ou durante o nascimento da criança. São várias e facetadas as situações que podem ser associadas ao nome *Civole*.

Epalanga – Literalmente *meu amigo* e *contemporâneo*. Vem de *epalanga liange*, *ekamba liange*.

Handanga – Segundo Yambo (2003:46) este nome significa *reinar no lugar da mulher*. Muitas vezes acontecia que, ao morrer, um dignitário, sem filho nem sobrinho, deixasse a sua herança à única filha casada e esta, por sua vez, passava a responsabilidade ao seu marido.

Kalembe – Deriva do verbo *okulemba*, que significa consolar. O antropónimo é dado a alguém com o objetivo de consolar a família de algum desalento por que tenham passado. Literalmente, o nome significa “*Vai consolar*”, no imperativo.

Kalitangi – Trata-se de um verbo conjugado no presente do indicativo e na forma negativa. Esta é uma forma do verbo *okulitanga*, que, traduzida para o português, significa “*atrapalhar-se*”. Se, em alguns casos, o prefixo *ka* tem o valor diminutivo, no caso de verbos,

em Umbundu, o mesmo prefixo tem o valor de advérbio de negação. Assim, traduzida, esta forma verbal significa: “*Não se atrapalha*”. O antropónimo é dado a uma criança que se crê ou deseja vir a ser superdotada e sábia. É um nome de bom augúrio.

Kalueyo – O antropónimo tem origem em *olueyo* (vassoura), instrumento necessário e ligado às mulheres asseadas na cultura umbundu. *Kalueyo* pode significar limpeza da tristeza da família, ou seja, com o nascimento dessa criança, toda a tristeza é banida, surgindo assim os momentos de alegria.

Kamati – Antropónimo que se enquadra na classe 9, por causa do prefixo *o* que normalmente antecede o nome *okamati*. Culturalmente, os ovimbundu dão o antropónimo de *Kamati* a toda a criança que, à nascença, venha enrolada no cordão umbilical.

Kambolo – O antropónimo *kambolo* deriva de *ombolo* e tem a significação de *pão*. Mais uma vez, neste vocábulo, o prefixo **ka** tem o valor de diminutivo. Assim, *kambolo* significa *pão pequeno*. A atribuição deste antropónimo a alguém envolve várias circunstâncias familiares, desde a falta de alimentos à recuperação financeira e até mesmo outras situações.

Katimba – Deriva de *etimba* que, em Umbundu, significa *corpo*. O prefixo *ka* pode introduzir um valor de diminutivo na classe dos verbos e noutras classes. Assim, *katimba* tem o significado de *corpo pequeno* ou *corpinho*.

Katito – Trata-se de um adjetivo e não de um nome. É atribuído a uma criança cuja mãe tenha demonstrado problemas de infertilidade, com possibilidade de essa criança vir a ser filho(a) único(a). Significa “pouco”, “pequeno”, mas assume um valor conotativo mais forte, intenso e carinhoso.

Kasoma ou Soma (*Soba*) – o antropónimo tem origem em *osoma* que, posteriormente, foi aportuguesado para *soba*. *Soma*, em umbundu, também é designado por *seculo*, o mais velho da aldeia. É ele o responsável pelos habitantes da aldeia; em termos morais, é o representante da autoridade dos antepassados daquela região, digno de todo o respeito. Assim, ao atribuir esse antropónimo a alguém, muitas vezes em alusão a algum antepassado da família, quer-se com isso perpetuar a sua memória. Esse novo membro que carrega o nome é merecedor do mesmo respeito que se tinha para com aquele. Desrespeitá-lo será o mesmo que fazê-lo ao antepassado.

Kulembe – De *okulembeleka*, consolar. Nome atribuído a uma criança que nasce após muito tempo de espera. Quando a nasce, a criança traz consolo e alegria à família.

Kusumwa – Deriva de *esumwo*, *desgraça*. Nome dado ao filho que nasce depois do divórcio dos pais ou cujos pais vivem em constante desentendimento.

Muhongo – Nome que se dá a uma criança, independentemente do sexo, que nasce depois dos 270 dias, tempo considerado normal. Além de ultrapassar esse limite – que pode alcançar 14 ou 15 meses – constitui uma surpresa constante até ao dia do parto. Por isso mesmo, o seu nascimento constitui uma surpresa até ao dia do parto.

Nacambula – Deriva de *Ocambu*, *desmaio*. Este nome é dado, muitas vezes, às crianças que nascem quando a mãe tenha adoecido durante a gravidez. Às vezes, a mãe confunde as dores de parto com as dores de quem vem sofrendo, e, finalmente, acaba por dar à luz. Outras vezes, a mãe chega a desmaiar, como que anestesiada. No entanto, a criança nasce.

Ndasala – Literalmente *aquele que permanece* ou *aquele que não partirá* (com sentido de sobreviver). Os pais atribuem este nome a uma criança quando, depois de outras já falecidas, percebem que a atual vingará.¹⁰

Ngende – significa o que está de passagem ou que está a caminho. Este nome é também atribuído a uma criança que nasce depois de muitas outras já falecidas. Neste caso, os pais, desconfiados de que a criança não sobreviverá (como as anteriores), ficam sem esperança. Veja-se, como exemplo, o depoimento por nós entrevistado.¹¹

Ombembwa – Literalmente significa paz. Este nome era atribuído, normalmente, às crianças que nasceram no período de paz, uma vez que Angola passou por longo período de conflito armado.¹²

Pakisi – Nome dado a uma criança que, logo depois de nascer, se vê órfã de pai e a mãe; sendo recolhida por alguém que a encontre abandonada.

¹⁰ Conferir o depoimento nos anexos.

¹¹ Conferir os anexos.

¹² Conferir a entrevista nos anexos.

Vasole – É um adjetivo: *aquele que é amado por todos; que é querido por todos*. Tem origem no verbo *okusola* (gostar/amar). O antropónimo *Vasole* é atribuído a uma criança que tenha sido desejada durante muito tempo. Além deste, outros apresentam significados semelhantes: *Vinosole*, *Cinosole* e *Nyinalaso*. Este último, *Nyinalaso*, significa *amor do pai, amor com o pai, sintonia com o pai, mimos do pai*.

Yova – O antropónimo tem origem no verbo *okuyova* que significa crescer, despontar; é um verbo no imperativo. É atribuído a uma criança que nasceu depois de mortes sucessivas dos seus irmãos. O antropónimo tem como “missão” expulsar os maus espíritos dessa nova criatura que nasceu no seio da família, de tal forma que a sua permanência seja a garantia da felicidade dos seus pais e familiares.

3.2.2. Antropónimos derivados da fauna e da flora

Segundo Yambo (2003:58), “atribuem-se nomes de plantas ou de animais às crianças para evitar que elas venham a perecer como outras que as precederam. Quando sobrevivem, ficam com os nomes.” Vejamos, a título de exemplo, alguns nomes.

Cimboto ou Tchimboto – O antropónimo vem de *ocimboto*, que significa *sapo*; refere-se à situação familiar. Normalmente este nome é atribuído a uma criança que nasce depois do falecimento de um dos seus irmãos ou o pai. Segundo a sabedoria popular, a desgraça que assolou a família pode repetir-se. Na incerteza da sobrevivência do menino (a), atribui-se esse nome.

Khosi ou Hosi – Deriva do *Ohosi* “leão”; pequeno leão. É um dos nomes atribuídos aos gémeos quando são meninos: *ndjamba* e *hosi*. A atribuição desses nomes aos gémeos baseia-se na grande força desses animais e, segundo a crença dos ovimbundu, a força desses animais é “transferida” para as crianças que, assim, são protegidas até ao seu estado adulto.

Kalembe – Deriva de *Okalembe*, nome de dois tipos de plantas conhecidas por: 1. *Okalembe K’usenge*, que serve para afugentar os espíritos perseguidos; 2. *Okalembe K’ovimbo*, planta utilizada na pesca pelas mulheres para anestesiarem o peixe que, assim, pode ser apanhado com facilidade.

Kambunga – Arbusto de média estatura que dá flores esbranquiçadas e frutos redondos e pequenos de cor vermelha quando maduros. Tem propriedades purgantes. Desconhece-se a razão da sua utilização como antropónimo.

Kambwa – Deriva de *Ombwa*, que significa *cachorro*. É usado como forma de proteção da criança contra qualquer situação maléfica que possa provocar-lhe a morte.

Kandimba – Deriva de *ondimba*, que significa coelho, símbolo de esperteza, de astúcia.

Kapitango – Deriva de *kapiti etango*, aquele que não passa em vão, ou seja, anunciador, mensageiro. É também o nome de um tipo de cogumelo comestível depois de seco e cozido.

Kapuka – Deriva de *okapuka*, nome de uma planta que serve de antídoto de veneno. É também o nome de uma bebida alcoólica, bastante consumida, principalmente nas periferias. A motivação do seu uso é desconhecida.

Lusati – Deriva de *Olusati*, resto de um milheiro cortado em crescimento e sem possibilidade nem de crescer nem de morrer. Dá-se este nome à criança que nasce depois da morte do pai. Pode ser também a criança que, além de não conhecer o pai, perde a mãe logo após esta dar à luz.

Nangombe – Deriva de *ongombe*, boi mais o prefixo *na*, *mãe de*. Literalmente, traduz-se em “mãe do boi”. Normalmente atribuíam-se este nome ao proprietário de um certo número de cabeças de gado, como símbolo da sua riqueza.

Ngeve ou Ngueve – deriva de *Ongeve*, que quer dizer *hipopótamo*. Este nome aplica-se às crianças gémeas, neste caso, à segunda, se for do sexo feminino. Quando os gémeos são dois meninos, recebem o nome de *Hosi e Ndjamba*; se forem duas meninas, recebem o nome de *Ndjamba e Ngueve*.

Njamba – vem de *Onjamba*, que quer dizer *elefante*. Este nome é dado à primeira criança gémea a nascer, indistintamente do sexo.

Ngando – Vem de *ongandu*, que significa *jacaré*. Na cultura umbundu, este nome, quando ocorre como um antropónimo, atribui-se a alguém cujos parentes mais próximos tenham morrido na água.

Sapalo – Corruptela de sábado. Em princípio, dá-se este nome às crianças que nascem neste dia.

Sayombe – Vem de *Uyombe*, planta medicinal da qual se utilizam as folhas para despertar os olhos semicerrados de um doente moribundo. A motivação do seu uso é desconhecida.

Ulunga – Nome dado a uma criança cujos predecessores foram sempre morrendo; deriva de *walunga* que quer dizer *castigo merecido*.

Visapa – Deriva de *ocisapa* ou *ovisapa* que são ramos e folhagem de árvore. É usado em casos em que a mãe tenha recorrido à fitoterapia para resolver problemas ocorridos durante a gestação.

3.3. Antropónimos derivados do kimbundu e do kikongo

Além do umbundu, predominante na região estudada, é possível também encontrar antropónimos de outras origens, dos quais damos apenas alguns exemplos.

A língua kimbundu pertence ao grupo etnolinguístico Ambundo e predomina nas províncias do Bengo, Cuanza-Norte, Malange, Luanda e a parte norte da província do Cuanza-Sul. O kimbundu foi muito usado por escritores angolanos, principalmente no período antes da independência nacional com a literatura revolucionária, evidenciada pelo bilinguismo (português/kimbundu), além de retratar, ainda, a sociedade angolana (mormente da cidade de Luanda) e sua cultura.

A língua kikongo cobre uma boa parte da região nordeste de Angola. A sua área de influência estende-se para além das fronteiras nacionais. Além de Angola, o kikongo é falado na República Democrática do Congo, no Sul da República do Congo Brazzaville e na República do Gabão (Fernandes & Ntongo, 2002:45); a língua kikongo pertence ao grupo etnolinguístico Bakongo.

De acordo com Mudiambo (2014:50-51), “a característica principal deste povo do norte de Angola consiste em exibir uma excelente e admirável riqueza, principalmente o povo de Cabinda, por ser mais filosófico de todos os de Angola [...] a educação [da criança] encerrava

alguns dados da moral social. Para o fortalecimento do seu caráter contribuíam a audição de narrativas épicas, provérbios e fábulas.” Além disso, é um dos grupos etnolinguísticos mais conservadores e isto passa necessariamente pela preservação e legado dos nomes de origem bantu, bem como por alguns trajes tradicionais.

a. Kimbundu

Dala (Ndala) – Literalmente significa *povo*.

Kamwenho – Deriva de *omwenho* “vida”. Portanto, literalmente significa *vida pequena* ou *vidinha*. Neste sentido, prefixo *ka* indica, em alguns casos, o diminutivo, ligado ao radical *omwenho*.

Kanjila – Deriva de *onjila* “caminho”, criança que nasceu no caminho.

Kanvula – Deriva de *onvula*, “chuva” o que nasceu no dia de chuva.

Kazanla – Deriva de *onjala*, “fome”, criança que nasceu no tempo de fome.

Kapaxi ou Paxi – Criança, durante a gestão, a mãe sofreu muito.

Kasule – Literalmente *o último filho*.

Kiluange – Literalmente significa *guerreiro*. Um nome muito usado provavelmente devido ao rei Ngola Kiluange do reino do Ndongo.

b. Kikongo

Kalembisa ou **Calembisa** – Literalmente significa *conselheiro*, bem como *pessoa que resolve ou dá solução a problemas*. Este nome tem origem em *sobas* [autoridade tradicionais].¹³

Kieze – Literalmente quer dizer *alegria*.

Miala – Literalmente significa *administrador, dirigente* ou *líder*.

Mwanza ou **Muanza** – Literalmente significa *oceano, mar*.

Nkembo – Significa *festa*.

¹³ Consultar o depoimento nos anexos do trabalho.

Nzau – Literalmente significa *elefante*.

Nzola – Significa *amor*.

3.4. Breves considerações em torno das alcunhas

A alcunha é uma “designação acrescentada ao nome normal do indivíduo por outros, que neste observam certa particularidade ou certa qualidade física ou moral digna de nota, ordinariamente jocosa ou insultuosa, mas também séria.” (Carvalhinhos, 2007:170). As alcunhas podem ser atribuídas por vários motivos, como, por exemplo, a condição de nascimento, a profissão, qualidades ou atributos físicos ou morais e, ainda, fontes religiosas. A alcunha diferencia-se do apodo pelo seu carácter passageiro, face ao carácter definitivo da alcunha que, usualmente, passa de geração a geração.

Em Angola, é usual a atribuição de alcunhas, com diferentes motivações, constituindo a alcunha uma prática que, no caso angolano, tem muitos pontos de contacto com a atribuição dos nomes na cultura bantu, nomeadamente a motivação, que, como vimos, é corrente nos nomes bantu, mas não nos nomes portugueses, onde apenas a alcunha é motivada.

Algumas das principais características/motivações na origem de alcunhas são:

- a) Profissão – O João, sendo alfaiate ou carpinteiro de profissão, poderá ser chamado de João, o alfaiate/o carpinteiro para João Alfaiate/Carpinteiro. Por exemplo, João, o *batizador*, passou a ser chamado João Batista;
- b) Qualidades físicas e/ou morais – repare-se, por exemplo, no nome Katito – que é um adjetivo, atribuído a uma criança cuja mãe tenha demonstrado problemas de infertilidade, com possibilidade de essa criança vir a ser filho(a) único (a). Significa “pouco”, “pequeno”, mas assume um valor conotativo mais forte, intenso e carinhoso; Katimba – Deriva de *etimba* que, em Umbundu, significa *corpo*. O prefixo *ka* pode introduzir um valor de diminutivo na classe dos verbos e noutras classes. Assim, Katimba tem o significado de *corpo pequeno* ou *corpinho*.
- c) Fauna e flora – Lobo, Coelho, Leão, Figueira, Moreira (como, por exemplo, o nome do escritor brasileiro Paulo Coelho); veja-se ainda, a título de exemplo, o antropónimo *Naviyo* – Deriva de *Oviyo*, cacos de uma panela de barro. Alcinha de

alguém que se sente maltratada, desconsiderada; *Ndala* – deriva de *Ondala*, espécie de víbora. Esta cobra voadora das montanhas esconde-se nos buracos e ataca mortalmente os homens e animais a partir da cabeça. Este nome é usado por chefes como alcunha, a fim destacar a sua ação.

- d) Religião – Espírito Santo, Santinha, Aleluia, Moura. Veja-se, a título de exemplo, a alcunha atribuída ao cidadão *Joventino Fernando Júnior*, passando a ser chamado de *Jovem Crente* (ele, hoje, prefere escrever *Jovencrente*) pelo facto de, sempre que ia à igreja, levar uma bíblia. Um outro exemplo, recolhido durante o trabalho de campo, é do cidadão que lhe foi dado a alcunha de *Quitaba*. O nome surgiu a partir de uma música *gospel* (evangélica) sul-africana, oriunda da língua nacional deste país, o zulo. Um dos cantores angolanos retificou a música. Além disso, segundo o depoimento, na culinária, *Quitaba* é uma mistura de comidas, como jinguba (amendoim) e outros ingredientes.¹⁴

Assim, podemos perceber que as alcunhas são dadas, na sua maioria, para estabelecer comparação entre o que um indivíduo é, faz ou, ainda, para manter uma certa relação entre a pessoa e um objeto, por exemplo. Neste caso, o vocábulo adquire um novo sentido, sem perder seu sentido primitivo. Em Angola, é muito comum encontrarmos pessoas que são mais conhecidas pelas alcunhas do que pelo nome próprio. Por exemplo, há muita gente com alcunhas de guerra, devido ao longo conflito armado que se seguiu após a independência nacional.

¹⁴ Cf. os anexos

CONCLUSÃO

A presença da língua portuguesa em Angola está, quer explícita quer implicitamente, ligada aos portugueses, desde a sua chegada em 1482. Sob o domínio político e militar dos portugueses, o português enraizou-se e deixou de ser uma língua apenas do colonizador, passando a ser também do colonizado, mas, em contacto com outras línguas e com outras culturas, quase todas bantu, foi-se modificando, num exemplo claro da situação de contacto linguístico.

Com a independência, o português falado em Angola adquiriu uma autonomia que o estatuto de língua oficial não conseguiu travar e se, por um lado, devido ao conflito armado que se seguiu à proclamação da independência e ao fenómeno dos deslocados de guerra, se tornou, além de língua oficial, língua materna da maioria dos angolanos (em particular dos mais jovens), por outro acentuaram-se as interferências das línguas nativas. Por esse motivo, o português de Angola apresenta hoje características bastante diferentes das do Português Europeu em todos os subsistemas da língua (principalmente no léxico), sendo provável que venha a consolidar-se em breve uma norma do português angolano (PA), diferente da do português europeu (PE) e da do português do Brasil (PB).

No caso da antroponímia, que aqui nos propusemos estudar, tomando como exemplo o caso da província de Benguela, são visíveis diferentes aspetos, que importa ressaltar, em jeito de conclusão, nomeadamente:

- a. É notório o incremento de nomes bantu no período pós-colonial - em contraste com o predomínio quase absoluto de nomes portugueses no período colonial - refletindo a política linguística angolana de valorização das línguas autóctones, mas também a valorização dessas línguas e das culturas que lhes estão associadas por parte dos próprios falantes;
- b. É igualmente notória, apesar do que fica dito, a perda, talvez irreversível, do significado simbólico de muitos nomes, acompanhada da sua adaptação ao português, bem como a aparente estagnação do aumento do uso de nomes bantu.

Por este motivo, é particularmente relevante o trabalho de recolha e estudo dos nomes bantu nas diferentes regiões de Angola

Os nomes estão, de certa forma, intrinsecamente ligados aos hábitos e costumes de cada povo ou sociedade, mas, nas sociedades bantu, tal ligação é particularmente sensível, constituindo essa a maior diferença da onomástica bantu em relação à portuguesa. No entanto, como demonstrámos, mesmo atualmente e apesar da aparente “retoma” dos nomes bantu no pós-independência, a influência portuguesa em Angola continua a ser muito forte e a exercer uma pressão “aculturadora” que só poderá ser efetivamente contrariada por políticas efetivas de valorização da diversidade cultural e linguística

É, por isso, importante a procura de novos recursos e políticas para a valorização das línguas nacionais que venham juntar-se às já tomadas e, talvez, permitir a continuação da retoma progressiva das tradições culturais e linguísticas autóctones.

Nessa tarefa, terão de envolver-se, além do estado, as igrejas, as autoridades tradicionais, os partidos políticos, as associações cívicas, entre outras instituições sociais, incentivando as pessoas a falar as línguas nacionais e a preservar esse bem cultural, a par do português, cuja especificidade angolana importa reconhecer; mas terá também de envolver-se a comunidade científica, recuperando, estudando e dignificando estas línguas e estudando as especificidades do português angolano, fruto do contacto linguístico.

Que o presente trabalho possa ser um (pequeno) passo nessa direção.

BIBLIOGRAFIA

- Abrantes, A. M. (2011). *Introdução à Semântica*. Lisboa: Universidade Católica.
- Azevedo, F. *et ali.* (2006). *Língua Materna e Literatura Infantil, Elementos Nucleares para Professores do Ensino Básico*. Lisboa: Lidel.
- Banza, A. P. (2014). O Português em Angola: uma questão de política linguística. In FIEIS, Alexandra *et ali* (2014). *O Universal e o Particular*. Lisboa: Calibri.
- Belo, A. (1992). *Nomes Próprios*. Lisboa: Artplural.
- Bíblia de Estudo de Genebra* (2009). 2ª Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Editora Cultura Cristã.
- Blikstein, I. (1973). *Dicionário de Linguística*. S. Paulo: Editora Cultrix LTDA.
- Boomfield, L. (1984). *Language*. The University of Chicago Press. 1ª ed. 1933.
- Bumba, E. *et ali.* (2013). *Código do Registo Civil e Legislação Complementar*. Coimbra Editora.
- Carreira, A. & Quintino, F. (1964). *Antroponímia da Guiné Portuguesa*. Lisboa.
- Carvalhinhos, P. de J. (2007). *As Origens dos Nomes de Pessoas*. Revista Eletrónica de Linguística, p. 165-177.
- Chimbinda, J. S. F. (2009). *O Nome da Identidade Umbundu – Contributo Antropológico*. Alemanha.
- Chomsky, Noam (1980). *Estruturas Sintáticas*. Lisboa: Edições 70.
- Coelho, M. L. (2016). Português: Língua de Herança Colonial – Uma Prática Local, p. 81. In Melo-Pfeifer, S. (2016). *Didática do Português Língua de Herança*. Lisboa: Lidel.
- Costa, T. M. J. da (2015). *Umbundismo no Português de Angola – Proposta de um Dicionário Umbundu*. Tese de Doutoramento. Universidade Nova de Lisboa.
<https://run.unl.pt/bitstream/10362/15330/1>

- Cunha, C. & Cintra L. (1989). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Sá da Costa.
- Duarte, I. (2000). *Língua Portuguesa Instrumento de Análise*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Endrushat, A. & Radefeldt, J. S. (2015). *Introdução Básica à Linguística do Português*. Lisboa: Edições Calabri.
- Fernandes, J. & Ntongo, Z. (2002). *Angola: povos e línguas. Luanda*. Luanda: Editorial Nzila.
- Fromkin, V. & Robert, R. (1993). *Introdução à Linguagem*. Coimbra. Almeida.
- Galisson, R. (1976), *Dictionnaire de Didactique des langues*. Paris: Hachette,.
- Garmadi, J. (1983). *Introdução à Sociolinguística*. Publicações Dom Quixote.
- Gonçalves, P. (2010). *A Génese do Português de Moçambique*. Lisboa: UED.
- Gonçalves, P. (2010). A Formação de Variedades Africanas do Português: Argumentos para uma Abordagem Multidimensional. In RAPAZO, E. Paiva *et ali*. (2010). *Língua Portuguesa: Presente e Futuro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gonçalves, P. (2013). O Português em África. In RAPOSO, Eduardo Paiva *et ali* (2013). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Vol. I.
- Guenneq, G. Le & Valente, J. F. (1969). *Dicionário Português Umbundo*. Editora Escolar.
- Horáckova, E (2012). *Comparação dos Cem Apelidos mais Frequentes entre as Populações Portuguesa e Checa*. Tese de Doutoramento. Masarykova Univerzita V Brne. Vedoucí bakalářské práce: Mgr. Metoděj PolášekBrno.
- Lamas, E. P. R. *et ali*. (2000). *Dicionário de Metalinguagens da Didáctica*. Porto. Porto Editora.
- Lino, T. R. da F. (1979). *Importância de uma Lexicologia Contrastiva*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Lucombo, J. B. (1997). *Comunidades e Instituições Comunitárias em Angola na Perspetiva do Pós-Guerra: Caso das Populações de Origem Bacongo Regressados da Ex-*

- República do Zaire e Fixados no Tecido Periurbano Luandense*. Luanda: Revista de Estudos Sociais. Vol. I.
- Machado, J. P. (1993). *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizontes. I – III Vol.
- Marçalo, M. J. (1994). A Dinâmica da Língua – Implicações num Estudo Sincrónico. In Mota, M. A. C. (1994). *Variação Linguística no Espaço, no Tempo e na Sociedade*. Lisboa: Edições Calibri.
- Marcelesi, J.B & Gardin, B (1975). *Introdução à Sociolinguística*. Lisboa: Editorial Ester.
- Marques, I. G. (1985). *Algumas Considerações sobre a Problemática Linguística em Angola*. Luanda: INALD, EDIPU/UEE.
- Marquilha, R. (2013). Fenómeno de Mudança na História do Português. Pag. 17-18. In Raposo, E. P. et ali. (2013). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Vol. I.
- Martinet, A. (1985). *Elementos de Linguística Geral*. Lisboa: Sá da Costa.
- Mateus, M. H. M. et ali. (1983). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Almedina.
- Mateus, M. H. M. & Nascimento, F. B. (2005). *A Língua Portuguesa em Mudança*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Mateus, M. H. M. & Villalva, A. (2007). *O Essencial sobre Linguística*. Lisboa: Caminho.
- Mateus, M.H.M (2014). *Língua Portuguesa: Teoria, Aplicação e Investigação*. Lisboa: Edições Calibri.
- Mineiro, A. (2009). *Introdução aos Estudos Linguísticos*. Lisboa: Universidade Católica.
- Mingas, A. (1998). *Português de Angola: Uma Realidade?* em: VIII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (Vol. 1). Macau: Centro Cultural da Universidade de Macau.
- Mingas, A. (2002). *Interferências do Kimbundu no Português Falado em Lwanda*. Luanda: Edições Chá de Caxinde.

- Moraes, E. S. (2010). *Dicionário Etimológico de Nomes Bíblicos*. São Paulo: BeitShalom.
- Mudiambo, Q. (2014). *Estudos Linguístico sobre a Lexicologia e a Lexicografia de Aprendizagem Aplicados ao Ensino da Língua Portuguesa*. Lisboa: Edições Calibri.
- Nascimento, M. F. B. do (2002). *O Lugar do Corpus na Investigação Linguística*. In: Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa: APL (601-605).
- Neto, A. A. (1980). *Sobre a Literatura*. Luanda. União dos Escritores Angolanos, 2ª edição, Cadernos 5 lavra e Oficina.
- Neto, M. G. (2012). *Aproximação Linguística e Experiência Comunicacional – O Caso da Escola de Formação Garcia Neto*. Luanda: Mayamba.
- Neves, M. A. C. (2012). *Semiótica, Linguística e Hermenêutica do Texto Jurídico*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Ngalasso, M. M. (1992). *Le Concept de Français Langue Seconde. Études de Linguistique Appliquée*. Centre d'Etudes Linguistiques et Littéraires Francophones et Africaines. Paris
- Oliveira, A. M. P. & Isquerdo, A. N. (2001). *As Ciências do Léxico – Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. 2ª edição. Campo Grande. Editora UFMS.
- Pereira, A. História Linguística de um Nome – Maria Helena Pinto Novais Paiva, p. 304. In Brito, A.M. et ali. (2003). *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa*. Universidade do Porto.
- Piel, J.M. (1989). Origem e Estruturação Histórica do Léxico Português, pp. 10-16. In *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*. Série Universitária. Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Pinto, A. O. (2013). *Representação Literárias Coloniais de Angola, dos Angolanos e das suas Culturas (1924-1939)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Platão (1994). *O Crátilo*. Lisboa: Sá da Costa.

- Raposo, E. P. (1992). *Teorias da Gramática. A Faculdade da Linguagem*. Lisboa: Caminho.
- Reis, F. L. (2010). *Como Elaborar uma Dissertação de Mestrado*. Lisboa: Lidel.
- Rosa, M. C. (2010). *Introdução à (Bio) Linguística – linguagem e mente*. São Paulo: Editora Contexto.
- Santos, J. V. (2011). *Linguagem e Comunicação*. Coimbra: Almedina.
- Saussure, F. (1974). *Cours de Linguistique Générale*. Paris. Payot, pág. 510.
- Saussure, F. (1999). *Curso de Linguística Geral*. Lisboa: Edições Dom Quixote. 8ª edição.
- Sim-Sim, I. et al. (1997), *A Língua Materna na Educação Básica: Competências Nucleares e Níveis de Desempenho*. Lisboa: Editor Ministério da Educação – Departamento da educação básica, colecção reflexão participada.
- Sousa, C. L. (2013). *Um estudo informático-lexical e Didáctico das Fábulas de Esopo, La Fontaine e Teófilo Braga*. Tese de Doutoramento. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real.
- Sousa, J. M. & Baptista, C. S. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios*. Lisboa: Lidel, 4ª Edição.
- Teixeira, J. (2014). *Como Funcionam as Línguas? – Uma Iniciação às Ciências da Linguagem*. Edições Húmus.
- Vasconcellos, J. L. (1928). *Antroponímia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Vilela, M. (1979). *Estruturas Léxicas do Português*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Vilela, M. (1995). *Ensino da língua portuguesa: léxico, dicionário, gramática*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Vilela, M. (1995) *Léxico e gramática*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Vilela, M. (1994), *Estudos de Lexicologia do Português*. Coimbra: Livraria Almedina.

Victória, C. G.; Knauth, D.R. & Hassen, M. N. A. (2000). *Metodologias Qualitativa e Quantitativa*. Tomo Editorial.

Yambo, F. X. (2003). *Pequeno Dicionário Antroponímico Umbundu*. Luanda: Editorial Nzila.

Zau, D. G. (2011). *A Língua Portuguesa em Angola – Um Contributo para o Estudo da sua Nacionalização*. Tese de Doutoramento. Universidade da Beira Interior.

Anexos